

DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO LOCAL



Dia Internacional das Pessoas Ciganas

Editorial	2
Artigo de personalidade convidada	5
NACI - Entrevista	12
Vozes Plurais sobre “Dinâmicas de Participação Local”	20
Entrevista a Luís Romão	21
Entrevista a Ana Abrantes	26
Entrevista a Susana Silveira	31
Entrevista a Ana Vilas Boas	33
Entrevista a Bruno Gonçalves	39
Entrevista a Olga Brás	46
Entrevista a Ana Umbelino	60
Divulgação	69
I) Destaque	69
II) Associativismo	72
III) Projetos	79
IV) Eventos e relatórios nacionais e internacionais	87

Contactos:

Observatório das Comunidades Ciganas
Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
Rua Angelina Vidal, n.º 41, Piso 1
1199-005 Lisboa
Tel. (+351) 218106145
Fax (351) 218106117
E-mail: obcig@acm.gov.pt
Site: www.obcig.acm.gov.pt



Dinâmicas de participação local: transformar a partir do lugar

Os movimentos de base local com vista à transformação do lugar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das suas populações, remontam em Portugal e de forma sustentada, ao pós 25 de Abril de 1974, tendo sido fundamentais na criação de dinâmicas locais participativas numa base de igualdade de estatutos.

Roque Amaro, no seu texto desta Newsletter, fala-nos da emergência dos primeiros Grupos Comunitários na primeira metade da década de 90 do Século XX com o objectivo de “em conjunto com Técnicos e Técnicas das autarquias, identificarem problemas e necessidades, os transformarem em desafios e reivindicarem ou co-construírem respostas, soluções e sonhos para lhes fazerem face.”

Ou seja, os Grupos Comunitários emergem em territórios considerados deprimidos em termos de condições materiais de existência de uma parte da sua população, não emergindo, portanto, de uma base social de classes com poder nas suas múltiplas formas. São, por isso, de base popular e visam melhorar condições materiais de vida.

Estes Grupos Comunitários contribuem, na sua acção, para o Desenvolvimento Local que, ainda nas palavras de Roque Amaro, se constitui “(n)um processo de mudança centrado numa Comunidade Territorial de pequena dimensão tendo em vista satisfazer as necessidades fundamentais ainda não satisfeitas dessa Comunidade a partir, prioritariamente, da mobilização das capacidades e recursos locais, o que implica a adopção de uma pedagogia de Participação e Empowerment dessa Comunidade.”

Os Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas Portuguesas, tendo emergido de “cima para baixo”, sustentam uma emergência local, um desejo do lugar em dar resposta a uma necessidade premente que é a de se considerar as pessoas ciganas na sua igualdade legal-formal e na sua igualdade em exercício, potenciando o trabalho conjunto e o compromisso social com vista a uma integração recíproca.¹ Os Grupos Activos Comunitários Ciganos surgem com o mesmo objectivo, tomando a voz num processo que lhes diz directamente respeito, envolvendo-se em processos de decisão fundamentais ao trabalho de (re)conhecimento mútuo e de conjugação de vozes plurais com vista à melhoria de condições materiais de vida e de construção de dignidade humana, envolvendo reconhecimento cultural e participação na esfera pública.

Como refere Marisa Horta, “os melhores resultados são obtidos quando existe uma participação efetiva das pessoas ciganas em todas as fases do processo”, significando que o envolvimento e o comprometimento de todos e de todas cria dinâmicas que não seriam possíveis com iniciativas unilaterais ou hierarquias decisionais.

Pela voz de Luís Romão, “Este Grupo Ativo Comunitário dava a oportunidade de toda a gente ser importante, toda a gente participar nas tomadas de decisões. [...] As pessoas podiam opinar, as pessoas podiam votar”, mesmo que, na voz mais política de Bruno Gonçalves, ““Participar” seja importante, embora tenha consciência que muitas vezes as comunidades ciganas estão tão debilitadas a vários níveis que muitas vezes o participar não é fácil.”

A participação é, por isso, um processo em construção.

Esta *Newsletter*, congregando a voz de responsáveis municipais e a voz das pessoas ciganas, evidencia uma parte dessas dinâmicas locais e de como o trabalho conjunto, independentemente das múltiplas pertenças de que se faz o lugar, origina sinergias, constrói compromissos e contribui para a transformação social. E o papel fundamental da tomada de voz cigana neste processo participativo.

As palavras ditas nestas entrevistas são reveladoras dessas dinâmicas e do envolvimento de muitos e muitas: *compromisso, intersecção, expectativas, dinâmicas, participação, transformação, estratégia, co-construção, miscigenação, envolvimento, implicação, inovação, rede, democracia, voz, processo, política local, trabalho reflexivo, trabalho colaborativo, mediação intercultural, envolvimento, emancipação.*

São reveladoras de vontades de transformação, com a consciência de que a transformação não se faz de acções casuísticas, de projectos com duração limitada, mas de práticas continuadas e de *trabalho em rede*, que é sinónimo de trabalho sustentado em parcerias fortes entre as várias organizações da sociedade civil, os municípios e as pessoas individualmente consideradas.

¹ Casa-Nova, Maria José (2013) Os ciganos é que não querem integrar-se? in José Soeiro, Miguel Cardina & Nuno Serra (Orgs.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta da China, pp.213-222

Pensar o nacional a partir do local é, certamente, uma das melhores formas de contribuir para diminuir assimetrias regionais e potenciar a coesão social e territorial. E pensar o local a partir do local não pode ser feito sem a participação de todos os que dele fazem parte: todas as gerações, géneros, cores e culturas. Numa base de igualdade de estatutos, cada um/a contribuindo com um determinado tipo de conhecimento, seja ele experiencial, conceptual ou técnico, num processo de enriquecimento mútuo. É na base deste estatuto paritário que o debate se torna profícuo e a realidade se transforma. Os Grupo Activos Comunitários, os Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas ou outra formas que a participação local possa revestir, contribuem decisivamente para o *empowerment* de todas e de todos. Ganhando o local e, conseqüentemente, o nacional pela sustentabilidade social que constroem.

É este o caminho. Seguramente.

Maria José Casa-Nova

Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas



Participação Local – Um Desafio para as Comunidades e as Associações Ciganas²

5

Introdução

Desde os anos de 1960 que existem dinâmicas e iniciativas de Desenvolvimento Comunitário ou Local em Portugal, envolvendo as Comunidades locais na busca e na conquista do seu Bem-Estar, da sua Dignidade e Sustentabilidade. Os seus efeitos são importantes, ainda que pouco conhecidos, demonstrando as vantagens da Participação, no que se refere àquelas objectivos.

Este texto pretende sublinhar as vantagens, para as Comunidades e as Associações Ciganas, de se envolverem nas dinâmicas e iniciativas de Desenvolvimento Comunitário (ou Local), tendo em conta os ensinamentos da história desses processos em Portugal e dos seus resultados. Para tal, ele está dividido em mais cinco partes, para além desta introdução.

Começo por sintetizar alguns elementos da História do Desenvolvimento Comunitário (ou Local) em Portugal, sublinhando, de seguida, algumas das suas conquistas. Num terceiro ponto, apresento, de forma simples, o que entendo por Desenvolvimento Comunitário/Local e por Participação. No quarto, refiro algumas experiências de envolvimento de Pessoas, Grupos ou Associações Ciganas nessas dinâmicas, indicando simultaneamente quais as

² Por opção, este texto é escrito segundo as normas do Acordo Ortográfico antigo.

suas principais vantagens. Concluo, num último ponto, sobre os principais desafios que se colocam, neste domínio, às Comunidades Ciganas.

Breves notas sobre o Desenvolvimento Comunitário e Local em Portugal

Nos anos de 1960 o Desenvolvimento Comunitário (nesta fase com esta designação) chegou a Portugal, por influência das Nações Unidas e de Congregações Religiosas da América Latina, tendo contribuído, de forma muito substantiva, para a sua divulgação os escritos de dois economistas (Alfredo de Sousa e Manuela Silva) e a Acção de Manuela Silva (neste caso também a docência, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, nomeadamente na disciplina de Planeamento Social), da Associação GRAAL e de algumas Religiosas, dedicadas ao trabalho nas Comunidades³. A ONU definia então o Desenvolvimento Comunitário como “o conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral”⁴.

A experiência mais emblemática e marcante deste período foi o Projecto de Desenvolvimento Comunitário da Benedita, do concelho de Alcobaça (1962-1966), cuja grande impulsionadora e animadora foi Manuela Silva⁵. A partir da década de 1980 afirmaram-se as chamadas “Iniciativas de Desenvolvimento Local” (nessa época assim designadas), realçando-se, no início, os projectos da Serra do Algarve, de Messejana (no concelho de Aljustrel), em Alcáçovas (no concelho de Viana do Alentejo) e em Serpa, que deram origem, respectivamente, à Associação “In Loco”, à Cooperativa ESDIME e às Associações “Terras Dentro” e “Rota do Guadiana”. Também são de referir as iniciativas promovidas pelas câmaras municipais de Castanheira de Pera e de Castelo Vide⁶.

Nessa sequência, em 1993 foi criada a ANIMAR, como rede de Associações de Desenvolvimento Local, inicialmente apenas para o Meio Rural, mas depois alargada aos Meios Urbanos, e em Outubro de 1994 realizou-se, em Santarém, a primeira ManiFESTA (Assembleia, Feira e Festa) do Desenvolvimento Local em Portugal⁷

Também em 1993 (ano especial neste domínio) foi criado o primeiro Grupo Comunitário, no Bairro do Padre Cruz, na freguesia de Carnide, em Lisboa, tendo sido criados mais três, em 1994, nos bairros da Horta Nova (igualmente na freguesia de Carnide, em Lisboa), da Quinta Grande (na freguesia da Charneca, também em Lisboa) e das Galinheiras (na freguesia da Ameixoeira, ainda em Lisboa). Em 1996, foi criado um quinto Grupo Comunitário, no

³ Cf. Amaro, Rogério Roque (2021). *Desenvolvimento Comunitário em Portugal: Caminhos para o Aprofundamento da Democracia*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 70 páginas (pp. 18-27) (texto editado por ocasião da jubilação do autor).

⁴ Silva, Maria Manuela (1963). Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, Vol. I, (n.º 4), pp. 538-558 (p. 543).

⁵ Amaro (2021: 21-24).

⁶ Para mais elementos, cf. Amaro (2021: 27-36).

⁷ Ver Amaro (2021: 34-36).

Bairro dos Lóios, na freguesia de Marvila, igualmente em Lisboa. Foram estes os cinco primeiros Grupos Comunitários, ainda existindo todos, embora dois com reconfigurações territoriais, em resultado de processos de realojamentos⁸.

Um Grupo Comunitário é uma plataforma ou estrutura (ou ainda processo) informal, que junta a Participação de Moradores e Moradoras com a Parceria de Técnicos e Técnicas das autarquias locais, dos serviços públicos desconcentrados e de outras instituições que intervêm no território, para, em conjunto, identificarem problemas e necessidades, os transformarem em desafios e reivindicarem ou co-construírem respostas, soluções e sonhos para lhes fazerem face⁹. Actualmente existem 19 Grupos Comunitários na Cidade de Lisboa (dos quais 15 em bairros de Habitação Pública de âmbito social) e 25 em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Existem outras dinâmicas congéneres em outras zonas do país, nomeadamente em Santa Maria da Feira e (em criação) em Arouca.

A história do Desenvolvimento Comunitário e Local em Portugal é, portanto, muito rica e ampla, com resultados interessantes, como se verá a seguir.

Algumas conquistas e resultados das dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário e Local em Portugal

Como conquistas mais assinaláveis das dinâmicas Participativas, que estas experiências e dinâmicas permitiram, sublinham-se as seguintes¹⁰:

- Os grupos mais marginalizados, fragilizados e esquecidos (os chamados “sem voz”) de muitas aldeias, bairros e outras localidades de várias zonas do país puderam ser ouvidos e exprimir as suas necessidades, as suas revoltas, as suas reivindicações, as suas propostas e os seus sonhos;
- Os problemas, necessidades e sonhos de muitas aldeias, bairros e outras localidades ficaram a ser conhecidos com muito mais profundidade e rigor, pela partilha de perspectivas (Participativas e em Parceria) e pela maior proximidade de leitura;
- Muitas propostas, ideias e sonhos puderam transformar-se em Iniciativas de Desenvolvimento, mudando o panorama de Bem-Estar e de Bem-Viver de muitas Comunidades, muitas vezes esquecidas e sem horizontes;

⁸ Para mais pormenores, cf. Amaro (2021:36-39).

⁹ Ver Amaro (2021: 37) e Amaro, Rogério Roque (2018). *Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175 páginas (p. 18).

¹⁰ Ver, por exemplo Amaro (2021: 43-45 e 61-62).

- Muitos serviços públicos (por exemplo, de acção social, de educação, de apoio ao emprego, de gestão da habitação pública, de higiene urbana, de ordem e segurança, de saúde) puderam ser melhorados e servir com melhor adequação as Comunidades;
- Muitos recursos e capacidades locais puderam ser desocultados e mobilizados e partilhados, com muito mais eficiência e eficácia;
- A igualdade entre Mulheres e Homens pôde ser compreendida, integrada e melhor praticada em muitas zonas do país, onde era ignorada e maltratada;
- A luta contra a pobreza e a exclusão social conheceu caminhos mais específicos, mais adequados a cada território e a cada conjunto de circunstâncias e tornou-se mais eficaz;
- A violência doméstica e de género tornou-se mais conhecida e melhor combatida, como uma Acção colectiva, envolvendo vários Parceiros;
- Os Diálogos entre Culturas diferentes e a Interculturalidade conheceram práticas mais animadoras e positivas;
- A Dignidade e a Sustentabilidade de cada Comunidade passaram a ter expressões e dinâmicas de viabilidade, que inverteram muitas situações de abandono e desvalorização (de zonas rurais, sobretudo) e de estigmatização e discriminação (em particular em bairros de Habitação Social Pública);
- A Participação Local, a Democracia Participativa, a Cidadania de Proximidade, os processos de *Empowerment* e de Responsabilidade Partilhada e Participativa foram concretizadas em dinâmicas inovadoras, que abrem novos horizontes à Utopia de uma Sociedade mais Justa, Democrática e Intercultural.

Desenvolvimento Comunitário e Local e Participação, o que são

De um modo sintético, definimos Desenvolvimento Comunitário ou Local (aqui tomados como sinónimos¹¹) como¹²:

- Um processo de mudança; centrado numa Comunidade Territorial de pequena dimensão; tendo em vista satisfazer as necessidades fundamentais ainda não satisfeitas dessa Comunidade; a partir, prioritariamente, da mobilização das capacidades e recursos locais; o que implica a adopção de uma pedagogia de Participação

¹¹ Para esta discussão, cf. Amaro (2021: 5-17).

¹² Ver, por exemplo: Amaro (2018: 21-22).

e *Empowerment* dessa Comunidade; com o apoio de recursos exógenos, desde que fertilizadores dos endógenos; numa perspectiva integrada das necessidades e das respostas; o que exige uma metodologia de Trabalho em Parceria; com impacto tendências em toda a Comunidade; e segundo uma grande Diversidade de processos, ritmos, protagonistas e resultados.

Por seu turno, por Participação Local, entende-se¹³ o envolvimento activo, a nível individual e/ou colectivo, da Comunidade na identificação e análise dos seus problemas e necessidades e das correspondentes respostas, a nível local, e, portanto, na busca e na conquista do seu Bem-Estar e Bem-Viver, em todas as fases desses processos - ou seja, no diagnóstico, na concepção, na decisão, no planeamento, na coordenação, na execução, no acompanhamento e na avaliação.

Os envolvimento das Comunidades Ciganas nestes processos

Nem sempre tem sido fácil a integração de Pessoas ou Grupos das Comunidades Ciganas nestes processos e dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário ou Local.

Desde logo, porque, tendo sofrido longas e dolorosas situações e experiências de discriminação e de exclusão social, cultural, política, cognitiva, psicológica e económica, de múltiplas formas, a larga maioria das Pessoas e Famílias das Comunidades Ciganas existentes em Portugal têm muitas desconfianças e resistem a “entrar no Mundo e nas lógicas dos ‘senhores’”.

Em segundo lugar porque os Grupos maioritários preferem não ter Ciganos no seu seio e, muitas vezes, tudo fazem, directa ou indirectamente, para não os acolherem¹⁴.

Apesar disso, existem alguns casos interessantes e motivadores, até porque em número crescente, de envolvimento de Pessoas e Grupos Ciganos em experiências e projectos de Desenvolvimento Comunitário ou Local e, portanto, de Participação Local, das quais sublinho algumas:

- Em iniciativas e dinâmicas promovidas por associações ligada à ANIMAR, como é o caso de: Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura, em particular na localidade de Safara, nomeadamente com o Projecto “Pare, Escute e Olhe” (2014-2016)¹⁵; e Cooperativa “Coolabora, Crl. - Intervenção Social”, envolvendo

¹³ Ver também Amaro (2018: 24).

¹⁴ Correspondendo ao que poderíamos designar, simbolicamente, por “estratégia do sapo”.

¹⁵ “O Projeto PARE, ESCUTE, OLHE procura o fim do preconceito pelo conhecimento. O desconhecimento da história, dos hábitos e a caracterização abusiva dos traços ciganos certamente contribuíram para que a sua cultura se mantenha desconhecida e, por isso, suscetível à discriminação. A violência contra os ciganos está relacionada com a dificuldade de perceber uma realidade diferente dentro da nossa realidade.” (<https://adcmoura.pt/pareescuteolhe/>).

a Comunidade acigana de Tortosendo (concelho da Covilhã), sobretudo nos projectos “Fronteiras” (2016)¹⁶, “Reflexo “ (2018-2019)¹⁷ e “Quero Ser Mais E7G” (em curso)¹⁸;

- Nos Grupos Comunitários de Lisboa, em particular no 4 Crescente (abarcando os bairros dos Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chale e Salgadas, na freguesia de Marvila), Alfredo Bensaúde (freguesia dos Olivais), Armador (freguesia de Marvila), Flamengo (idem), Fonecas e Calçada (freguesia de Alvalade), Galinheiras-Ameixoeira (freguesia de Santa Clara), Horta Nova (freguesia de Carnide), Padre Cruz (idem) e Vale de Chelas (freguesias do Beato e da Penha de França).

De todos estes envolvimento, realço duas situações:

- A experiência do Grupo Comunitário das Galinheiras-Ameixoeira, com a Participação de Pessoas da Comunidade Cigana (sobretudo dois Homens e uma Rapariga) nas suas reuniões periódicas e em alguns dos seus projectos, como o da Escola Comunitária e ainda com a constituição (em curso) de um Grupo de Homens de Paz, entre os mais velhos das várias zonas (6) de Realojamento em Habitação Municipal, para dinamizar actividades de interesse para toda a Comunidade e para reforçar laços de Coesão Social e Intercultural;
- O envolvimento muito activo de três Homens Ciganos e de uma Rapariga Cigana na construção da Pluriversidade Comunitária, uma plataforma de construção e partilha de Conhecimentos Plurais (com Autores/Autoras e Actores/Actrizes, Conhecimentos das Emoções e da Razão, Académicos e Populares), de base Comunitária, ou seja, partindo da Comunidade e visando o seu Bem-Estar.

10

Estas experiências têm demonstrado quais as vantagens desta Participação Local de Pessoas e Grupos das Comunidades Ciganas, porque têm contribuído para:

- Combater a ignorância e promover o Conhecimento sobre a sua História, as suas estórias, as suas Identidades, as suas Culturas e os seus Valores;

¹⁶ “Este projecto pretendeu contribuir para a não discriminação das comunidades ciganas através da organização de eventos e iniciativas que envolveram directamente pessoas da comunidade cigana do Tortosendo e que contribuíram para a melhoria da sua auto-imagem e da sua imagem na sociedade maioritária.” (<https://coolabora.pt>).

¹⁷ “O projecto pretendeu contribuir para uma imagem mais clara da forma como as crianças e os jovens de etnia cigana vêm a escola e de como a comunidade educativa poderá integrar as especificidades da cultura cigana.

Centrou-se na concepção de um recurso pedagógico, [Reflexo – para uma nova relação entre a escola e as comunidades ciganas](https://coolabora.pt), a ser usado nas escolas com o objectivo de apoiar os/as docentes e a comunidade escolar em geral a encontrarem formas adequadas de garantir a continuidade na escola das crianças e jovens de etnia cigana.” (<https://coolabora.pt>).

¹⁸ Para além de outros, em localidades como Castelo Branco, Coimbra, Évora, Figueira da Foz, Macedo de Cavaleiros, Porto, Reguengos de Monsaraz, Vila Verde.

- Viabilizar o diálogo entre grupos sociais e culturais, promovendo a Interculturalidade;
- Proporcionar oportunidades de integração na Diversidade, ou seja, sem assimilação;
- Incentivar essas Comunidades a melhor conhecer e valorizar as suas Culturas e Identidades, mas em interação com a Sociedade;
- Ajudar a combater situações de pobreza e exclusão social;
- Promover processos de Cidadania e de Democracia Participativa e o Associativismo de raízes Ciganas.

Algumas notas finais e desafios para a Participação Local das Comunidades Ciganas

Ainda há muitos obstáculos, desconfianças e medos que tolhem uma Participação Local mais activa e assertiva das Comunidades Ciganas¹⁹, pelo que o seu envolvimento é muito limitado. Contudo, já não estamos no ponto zero e há caminhos (plurais) a serem percorridos e conquistados, demonstrando o seu carácter pioneiro, as suas dificuldades e as suas conquistas. O que dá ânimo e incentivo.

A Participação de Proximidade (Local) das Comunidades Ciganas é um dos caminhos mais promissores na construção da sua interação positiva com a Sociedade e na luta (longa e difícil) contra os preconceitos, os estereótipos e as múltiplas formas de discriminação e exclusão social que as têm perseguido.

Nesse sentido, é importante prosseguir e reforçar este caminho, aproveitando as vantagens destas relações de proximidade que as iniciativas e dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário ou Local permitem, através de projectos ou de Grupos Comunitários, como os referidos, a conjugar com o envolvimento nas dinâmicas autárquicas, como as assembleias municipais e de freguesia, de que aqui não tratei.

Rogério Roque Amaro

Professor Associado Jubilado do Departamento de Economia Política do ISCTE-
Instituto Universitário de Lisboa, fundador da Pluriversidade Comunitária -
rogerio.amaro@iscte-iul.pt.

¹⁹ Como aliás de todos os grupos, em geral, na Sociedade, tendo contudo obstáculos específicos nestas Comunidades.

Tendo em consideração a temática da Newsletter e o trabalho do NACI – Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas e o seu papel na proposta e dinamização dos PLICC – Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, trazemos a voz da sua coordenadora para conhecer e compreender melhor a emergência dos PLICC e a sua implementação em diferentes municípios de Portugal.

Entrevista à Coordenadora do NACI, Marisa Horta



Equipa do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI):

- Berill Baranyai;
- Francisco Azul;
- Luísa Costa;
- Luís Pinto;
- Marisa Horta (Coordenadora);
- Teresa Vieira.

Conceção e implementação dos PLICC

1ª Edição dos PLICC

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Quando e como surge a ideia de submeter a primeira candidatura do Projeto Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC) à Comissão Europeia?

Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI): A ideia de submeter a candidatura do projeto à Comissão Europeia, surge em 2017, em simultâneo com a revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), por se constatar que a ENICC, a nível local, era pouco conhecida. Por outro lado, reconhecendo que a integração das pessoas ciganas faz-se mais a nível local do que por Decreto e reconhecendo a importância dos municípios para esse fim.

A candidatura foi aprovada em fevereiro de 2018 e o projeto “Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas” tem, desde o seu início, o objetivo de reforçar a participação e o envolvimento das pessoas ciganas e outros atores interessados locais no desenvolvimento das políticas locais relativas à inclusão.

É de salientar que os Planos Locais são referenciados na ENICC 2013-2022 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro), no primeiro objetivo estratégico, prevê a melhoria da eficácia na sua implementação e o reforço do conhecimento sobre pessoas ciganas, integrando o objetivo específico de melhoria dos mecanismos de acompanhamento e monitorização da ENICC, a nível nacional, regional e local, e preconiza a construção de um “Modelo de Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas definido com o envolvimento de pessoas ciganas”.

ObCig: Inicialmente, na conceção do projeto basearam-se em experiências locais concretas de integração das Comunidades Ciganas?

NACI: Quando surgiu o projeto, convidámos Torres Vedras e Seixal para serem “peritos de experiência” por terem já desenvolvido os seus planos (caso de Torres Vedras) ou estarem prestes a terminar o mesmo (Seixal) mas também estes municípios tinham uma vasta experiência de trabalho com as comunidades ciganas. As

“ A ideia de submeter a candidatura do projeto à Comissão Europeia, surge em 2017, em simultâneo com a revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), por se constatar que a ENICC, a nível local, era pouco conhecida.

“ reforçar a participação e o envolvimento das pessoas ciganas e outros atores interessados locais no desenvolvimento das políticas locais relativas à inclusão.

“ ... Torres Vedras e Seixal. [...] estes municípios tinham uma vasta experiência de trabalho com as comunidades ciganas.

estratégias, experiências e práticas de intervenção promotoras da integração das comunidades ciganas locais nestes municípios foram partilhadas e disseminadas em visitas guiadas.

Surgiram procuras de respostas às necessidades locais por parte das autarquias locais e também foi importante a experiência do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., com os “Planos Municipais para a Integração de Migrantes”, ao nível das metodologias utilizadas no planeamento estratégico.

ObCig: Quais eram os principais objetivos dos PLICC, enquanto projeto dirigido a municípios portugueses e comunidades ciganas locais?

NACI: O principal objetivo era promover a intervenção e participação local das comunidades ciganas. Aproximar as comunidades dos municípios e vice-versa, num trabalho em rede e concertado entre todos os *stakeholders*, favorecendo uma convivência local intercultural e promovendo a integração das pessoas ciganas localmente.

Depois, o projeto tinha outros objetivos específicos, tais como: promover o desenho e a implementação de políticas de base local para a integração das pessoas ciganas, através da criação de Planos ajustados às necessidades e potencialidades diagnosticadas em cada território e assegurando, em todas as fases, o envolvimento das comunidades locais, particularmente das pessoas ciganas e especialmente jovens e mulheres. Outro dos objetivos do projeto passava por aprofundar o conhecimento sobre as necessidades e os recursos locais para a integração das comunidades ciganas.

Outro objetivo específico do projeto era promover a relação e a comunicação entre as autoridades e os serviços locais e as pessoas ciganas para diminuir os obstáculos à participação das mesmas na vida pública dos seus concelhos.

ObCig: Após a aprovação da candidatura dos PLICC pela Comissão Europeia, quais os desafios que o ACM, enquanto entidade coordenadora, e o NACI em particular, enfrentaram no início da sua implementação?

NACI: Como todos os projetos piloto, os desafios foram diversos e localizados. De um modo geral, a falta de recursos humanos por parte dos municípios para afetar ao projeto foi uma das principais dificuldades. Por outro lado, também gerir as expectativas dos municípios foi também um desafio. Estas expectativas estavam centradas em, por um lado, obter financiamento para a implementação das medidas, o que não estava previsto, e, por outro, em algumas situações, o PLICC era

“ O principal objetivo era promover a intervenção e participação local das comunidades ciganas. Aproximar as comunidades dos municípios e vice-versa.

“ ... a falta de recursos humanos por parte dos municípios para afetar ao projeto foi uma das principais dificuldades.

“ Foram recebidas 55 candidaturas, o que consideramos ser um primeiro sinal de que de facto havia interesse por parte dos municípios nestes planos.

visto como um “salvador”, o que está longe de ser verdade, pois como sabemos não há fórmulas mágicas ou receitas universais para a integração das pessoas ciganas. Trata-se neste caso, como em outros, de iniciar um caminho de mudança social e melhoria da situação e das condições de vida da população cigana, com a consciência da dimensão estrutural de muitos dos desafios existentes e da importância do recurso a estratégias e metodologias participativas que potenciem o envolvimento e a participação das pessoas ciganas e uma atuação concertada, numa lógica de parceria, das diversas entidades públicas e privadas existentes, da sociedade civil, entre outras, tendo por base as especificidades de cada território e o alinhamento com outras estratégias e programas de âmbito nacional, regional e local. Caminho esse que terá avanços e retrocessos, experiências e, com certeza, aprendizagens.

ObCig: Como foram criados e quais os critérios de seleção dos primeiros planos municipais?

NACI: Antes de mais, entendemos que não podíamos impor os Planos a nenhum município (nem era esse o objetivo) pelo que divulgamos o projeto e abrimos um período para manifestação de interesse. Foram recebidas 55 candidaturas, o que consideramos ser um primeiro sinal de que de facto havia interesse por parte dos municípios nestes planos.

Depois, para a escolha dos municípios, houve critérios de seleção que passaram pela dimensão populacional do município e das comunidades ciganas (em termos absolutos e/ou relativos), experiência prévia de trabalho em parceria com o ACM, I.P. e com pessoas ciganas, bem como a cobertura do maior número de regiões.

ObCig: Quais os municípios e regiões que foram selecionados?

NACI: No total foram abrangidos 14 municípios na criação de planos, mais 2 municípios como peritos de experiência.

Os 14 municípios foram: Albufeira, Almada, Barcelos, Borba, Castelo Branco, Estremoz, Évora, Figueira da Foz, Matosinhos, Moura, Mourão, Oeiras, Porto e Tomar.

Borba e Estremoz desenvolveram planos intermunicipais assim como Moura e Mourão.

Os municípios peritos de experiência foram Torres Vedras e Seixal.

ObCig: Como decorreu o acompanhamento técnico e monitorização dos planos que foi executado entre junho de 2018 e julho de 2019?

NACI: O acompanhamento foi feito com visitas de terreno, reuniões participativas, incentivando a uma metodologia *bottom-up*.

“ houve critérios de seleção que passaram pela dimensão populacional do município e das comunidades ciganas (em termos absolutos e/ou relativos), experiência prévia de trabalho em parceria com o ACM, I.P. e com pessoas ciganas, bem como a cobertura do maior número de regiões.

“ Os principais resultados da primeira edição [...] foram a criação dos 12 planos e do “Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas”

Por outro lado, também estava previsto a aplicação de um questionário de monitorização que tem sido aplicado.

ObCig: Quais foram os principais resultados desta primeira edição?

NACI: Os principais resultados da primeira edição, além do compromisso dos municípios em promover a aproximação às comunidades ciganas locais, foram a criação dos 12 planos e do “Guia para a Conceção de Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas”, que possibilita a replicabilidade da experiência e a elaboração de novos planos locais noutros territórios, no futuro. O [guia](#) pode ser consultado *on-line* e em breve contamos ter o mesmo impresso.

2ª Edição dos PLICC

ObCig: Entretanto já nos encontramos na segunda edição dos PLICC, iniciado no início de fevereiro de 2021, que veio dar sequência à primeira edição. O que levou à continuidade do projeto dos PLICC?

NACI: Antes de mais a certeza que muito haveria ainda para fazer a nível local para aumentar a participação das pessoas ciganas e a sua integração. Por um lado, após a conceção dos planos, percebemos que os municípios também podiam precisar de acompanhamento na sua monitorização e avaliação e eventual revisão, pois como sabemos a realidade não é estática. Por outro lado, tendo havido tantas manifestações de interesse na criação dos planos, também pretendíamos aumentar o número de municípios com PLICC e reforçar a dimensão das plataformas locais para o acompanhamento do plano, assim como, claro, continuar a promover a participação das comunidades ciganas locais.

“ ... pretendíamos aumentar o número de municípios com PLICC e reforçar a dimensão das plataformas locais para o acompanhamento do plano, continuar a promover a participação das comunidades ciganas locais.

ObCig: Em que programa esta segunda edição está a ser desenvolvida e financiada? Qual a duração prevista?

NACI: O projeto é financiado pelo Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020) e tem a duração de 24 meses, tendo sido iniciado a 1 de fevereiro de 2021 e devendo terminar a 31 de janeiro de 2023.

ObCig: Existe uma continuidade e/ou diferenças de objetivos, conceção e implementação do projeto nas duas edições dos PLICC?

NACI: Por um lado, pretendemos dar continuidade à edição anterior, neste sentido continuamos com a metodologia de conceção já utilizada e testada na 1ª edição, com os 6 novos municípios. Por outro lado, o novo projeto já perspetiva a fase de monitorização dos planos, e a criação de grupos de trabalho locais em que todos os *stakeholders* e comunidades ciganas locais devem ser envolvidas.

ObCig: Qual o número atual de Planos Locais e onde se situam?

NACI: Os novos planos são 6 e estão a ser desenvolvidos em: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Entroncamento, Marinha Grande, Santarém e Serpa.

ObCig: Quais são as principais atividades desenvolvidas no âmbito do PLICC e transversais a todos os Municípios participantes?

NACI: Nesta 2ª edição do PLICC, as principais atividades da equipa técnica do projeto têm sido reuniões bilaterais (*on-line* e presenciais), reuniões com *stakeholders* locais, ações de informação sobre o novo Quadro Europeu, ações de formação sobre História e Cultura Cigana e visitas ao terreno que foram atrasadas pela pandemia.

ObCig: Quais são os maiores desafios e dificuldades que o Municípios têm relatado na implementação e execução dos Planos?

NACI: O facto de neste período do projeto ter havido duas eleições foi, com certeza, um desafio para os municípios, mas, à semelhança da edição anterior, a escassez de recursos humanos e de recursos financeiros também são apontados como dificuldades por parte dos municípios.

Por vezes, há também um desconhecimento sobre as comunidades ciganas e generalizações sobre as mesmas que obstam a um bom

“ ... o novo projeto já perspetiva a fase de monitorização dos planos, e a criação de grupos de trabalho locais em que todos os *stakeholders* e comunidades ciganas locais devem ser envolvidas.

“ ... há também um desconhecimento sobre as comunidades ciganas e generalizações sobre as mesmas que obstam a um bom trabalho.

“ ... Cremos que começa a existir uma maior consciencialização dos municípios para a duração do processo de inclusão das comunidades ciganas, que não acontece de uma hora para a outra.

trabalho. Insistimos sempre, muito, na importância de um bom diagnóstico e da participação de todos na elaboração do mesmo.

Outra dificuldade que temos estado a sentir nos municípios envolvidos é a “ocupação” e preocupação dos recursos humanos com a transferência de competências para as autarquias.

ObCig: Estamos a sensivelmente a meio da duração do período dos PLICC nesta segunda edição, existem já alguns resultados perceptíveis?

NACI: cremos que começa a existir uma maior consciencialização dos municípios para a duração do processo de inclusão das comunidades ciganas, que não acontece de uma hora para a outra. Por outro lado, também se percebe uma maior necessidade de ter uma resposta multidisciplinar com o envolvimento de todos os atores locais e organizado por exemplo em grupos de trabalho e acompanhamento. Percebe-se igualmente que os melhores resultados são obtidos quando existe uma participação efetiva das pessoas ciganas em todas as fases do processo, da conceção dos planos até à implementação, monitorização e avaliação dos mesmos.

“ ... os melhores resultados são obtidos quando existe uma participação efetiva das pessoas ciganas em todas as fases do processo.

Participação das pessoas ciganas e articulação com os Municípios

18

ObCig: Desde a criação dos PLICC que existe um compromisso que assenta na intervenção social junto de pessoas ciganas em situação de vulnerabilidade social, no qual as pessoas ciganas devem ser envolvidas em todas as fases do processo, incluindo a fase do diagnóstico. Do ponto de vista da entidade coordenadora, como é que esse envolvimento das pessoas ciganas tem sido promovido e assegurado?

NACI: Temos procurado trabalhar com associações ciganas locais e promover que as mesmas sejam incluídas nos diferentes grupos de trabalho locais. Por outro lado, o projeto previa o envolvimento de “Roma experts” (dois no caso) quer na mobilização das comunidades ciganas locais, quer na formação e sensibilização sobre história e cultura cigana. Na abordagem *bottom-up* que os PLICC preconizam, a importância da participação e envolvimento das pessoas ciganas em todas as fases do projeto é abordada sistematicamente com as equipas técnicas dos municípios de modo a que ocorram e que os planos sejam efetivamente construídos com as pessoas ciganas, com base nas suas necessidades e expectativas.

“ ... houve e tem havido uma preocupação muito grande em criar as condições e proporcionar momentos de aproximação entre pessoas ciganas e não ciganas, através, por exemplo, de reuniões participativas.

ObCig: Na sua perspetiva, a “horizontalidade” que se pretende com a participação das comunidades ciganas em todas as fases da construção dos PLICC tem favorecido e facilitado a relação e a comunicação entre pessoas ciganas e não ciganas?

NACI: Sendo a “horizontalidade” um dos principais desafios a ter em consideração na construção dos PLICC, houve e tem havido uma preocupação muito grande em criar as condições e proporcionar momentos de aproximação entre pessoas ciganas e não ciganas, através, por exemplo, de reuniões participativas. Com estas reuniões pretende-se fomentar a reflexão conjunta, o diálogo e a tomada de decisão partilhada entre os decisores políticos, os/as técnicos/as das autarquias, as demais organizações locais e os principais parceiros e pessoas, grupos ou associações representativas das comunidades ciganas.

“ ... é muito importante haver vontade e coragem política para colocar a inclusão das comunidades ciganas como uma prioridade dos municípios.

ObCig: Ainda tendo em conta a sua experiência, enquanto coordenadora do NACI, quais os fatores que melhor podem propiciar um trabalho de parceria e concertação entre todos os atores ciganos e não ciganos e entidades?

NACI: A meu ver é muito importante haver vontade e coragem política para colocar a inclusão das comunidades ciganas como uma prioridade dos municípios. O conhecimento e respeito mútuo entre as pessoas ciganas e uma rede de parcerias já existentes localmente com certeza também proporcionarão um trabalho importante e sustentável. A sustentabilidade dos projetos tem sido um grande desafio que está, também, intimamente ligado à priorização da inclusão das comunidades ciganas a nível local. Creio que tem sido feito um percurso nesse sentido, mas o caminho ainda é longo.

“ Creio que tem sido feito um percurso nesse sentido, mas o caminho ainda é longo.

ObCig: Gostaria de acrescentar alguma ideia que considere importante e que não tenha sido abordada?

NACI: Aproveitar a oportunidade para referir que a ENICC, atualmente em vigor, termina este ano e que serão também muito importantes os contributos locais na sua revisão.

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!

Vozes Plurais sobre “Dinâmicas de Participação Local”

Como é referido no Editorial, as dinâmicas de participação local não ocorrem num vazio social nem sem o envolvimento de todos os interessados e interessadas. Nesse sentido, as vozes plurais que leremos seguidamente envolvem os municípios e as pessoas ciganas, ouvindo-as nas suas lógicas de participação local e de trabalho em conjunto. Também por isso, emergem aqui entrelaçadas porque é nesse entrelaçamento que se constrói a transformação social do lugar.

Atendendo à situação da COVID-19, optou-se pela realização de entrevistas, entre março e abril de 2022, através do envio do guião por *e-mail* e da resposta registada em vídeo ou por escrito pelos/as participantes.

Participantes:

- Luís Romão, Grupo Ativo Comunitário de Elvas
- Ana Abrantes, Município de Évora
- Susana Silveira, Associação Costume Colossal
- Ana Vilas Boas, Município de Almada
- Bruno Gonçalves, Programa ROMED
- Olga Brás, Município da Figueira da Foz
- Ana Umbelino, Município de Torres Vedras

ENTREVISTAS



Luís Romão, Grupo Ativo Comunitário de Elvas

21

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Caracterização pessoal do entrevistado. Nome, Idade, Nível de Escolaridade, Profissão.

Luís Romão (LR): Olá! O meu nome é Luís Romão, tenho 39 anos, sou de Elvas, o nível de escolaridade é o 12.º ano e frequentei ainda o 1.º semestre no ensino superior, na área social. A minha profissão foi durante 8 anos mediador, mas, neste momento, desempenho outro tipo de funções.

“ ... principalmente o desconhecimento sobre como é que funcionavam, como eram as metodologias deste Grupo Ativo Comunitário.

ObCig: Identificação do Grupo Ativo Comunitário (nome do concelho) a que pertence

LR: Este Grupo Ativo Comunitário é de Elvas, como já referi há bem pouco.

ObCig: Motivações pessoais. Como surgiu a oportunidade e o que o/a levou a participar no Grupo Ativo Comunitário?

LR: E as minhas motivações pessoais em relação ao Grupo Ativo Comunitário, numa primeira fase, foi principalmente o desconhecimento sobre como é que funcionavam, como eram as metodologias deste Grupo Ativo Comunitário. E o que me motivou muito foi também a novidade e perceber como é que funcionavam mesmo as metodologias deste grupo.

ObCig: Há quanto tempo está envolvido no Grupo Ativo Comunitário?

LR: Bem, a oportunidade surgiu porque felizmente eu fui uma das pessoas que participou, principalmente na ajuda da formação a estes Grupos Ativos Comunitários. Ou seja, eu recebi a informação também através de um colega e depois como é lógico nós propusemos ao município que fizesse uma parceria com o Alto Comissariado para as Migrações para podermos usufruir entre aspas deste plano, ou seja, deste projeto.

ObCig: Participação local dos Grupos Ativos Comunitários. Caracterização da intervenção do Grupo Ativo Comunitário a que pertence. Quem faz parte do Grupo Ativo Comunitário?

LR: O que me levou a participar foi o que eu disse há pouco, foi, numa primeira fase, foi mesmo o desconhecimento, a motivação. Em Elvas vínhamos fazendo um bom trabalho com a associação e esse mesmo trabalho tinha que ser contínuo. E nós para começarmos a introduzir estas pessoas que compunham o Grupo Ativo Comunitário precisávamos de um projeto parecido com este. Eu envolvi-me desde o primeiro momento no Grupo Ativo Comunitário. Estamos a falar já há uns anos grandes. Ninguém pode precisar bem os anos. Mas sei que numa primeira fase foi um projeto muito, mas mesmo muito agradável para a cidade de Elvas e também para os seus munícipes, tanto da comunidade cigana como não cigana. Quem faz parte deste Grupo Ativo Comunitário?

Ora toda a gente em Elvas teve a oportunidade de pertencer a este Grupo Ativo Comunitário. E quando eu digo todos, eu refiro-me mesmo a todos, porque receberam a informação. Houve momentos em que estivemos a participar 30 pessoas, porque quem conhece as metodologias deste Grupo Ativo Comunitário ou deste projeto sabe que o grupo é aberto. Qualquer pessoa pode participar. E então era passada a palavra nos bairros qual era o tema que iríamos debater naquele dia ou os temas que iríamos debater naquele dia, porque nós tínhamos um grupo de onde tirávamos várias ideias e depois passávamos para os bairros sociais onde habitam, na sua grande maioria, as comunidades ciganas. Depois reuníamos entre todos, quem quisesse ir ia, porque estavam lá os temas que íamos

“ Em Elvas vínhamos fazendo um bom trabalho com a associação e esse mesmo trabalho tinha que ser contínuo. [...] Precisávamos de um projeto parecido com este.

“ Houve momentos em que estivemos a participar 30 pessoas, porque quem conhece as metodologias deste Grupo Ativo Comunitário ou deste projeto sabe que o grupo é aberto.

“ nós tínhamos um grupo de onde tirávamos várias ideias e depois passávamos para os bairros sociais onde habitam, na sua grande maioria, as comunidades ciganas.

“ ... tanto da comunidade cigana como não cigana. [...] Toda a gente em Elvas teve a oportunidade de pertencer a este Grupo Ativo Comunitário.

debater, principalmente os mais..., os principais, não é? As pessoas apareciam e depois fazíamos os votos havia uma votação e chegávamos a um consenso sobre qual seria a melhor proposta para apresentar na Câmara.

ObCig: Quais são os principais objetivos e quais as iniciativas e atividades desenvolvidas pelo Grupo Ativo Comunitário?

LR: Este Grupo Ativo Comunitário sem dúvida alguma foi um dos Grupos Ativos mais, como o próprio nome indica, ativo do país. Nós, no início, tivemos n atividades, n atividades. Havia tantas atividades que nós já nem as contávamos, porque nós fazíamos quase diariamente atividades. O grupo estava muito motivado. Havia um compromisso com as pessoas de Elvas com este projeto do Grupo Ativo Comunitário. Porque nós tínhamos as portas abertas no município e então as ideias fluíam cada vez mais. E nós tínhamos sempre várias ideias e estávamos sempre a apresentar propostas no município. E como lhe disse há bem pouco as metodologias do grupo quase que foram desaparecendo porque era já tão automático haver propostas que nós propúnhamos diretamente ao município e o município respondia-nos quase com uma resposta positiva quase de seguida. E às vezes evitávamos alguns processos que este projeto ou que este Grupo Ativo Comunitário tinha que ter, como é as metodologias do Grupo Ativo Comunitário. Mas posso dizer que tivemos vários tipos de atividades, mas dois que me lembro, que ficaram marcados, que foi o segundo Festival Intercultural, que nós tivemos cerca de 1000 pessoas que participaram, entregámos 2000 alimentos, bens alimentares, ao Banco Alimentar de Elvas. E outro também que me tocou foi o futebol, fizemos um jogo de futebol entre a comunidade cigana e as forças da autoridade onde havia membros da PSP, da GNR e dos Bombeiros e foi um dia inesquecível para mim.

ObCig: Na sua opinião, qual é a marca que um Grupo Ativo Comunitário poderá deixar num determinado território? Qual é a vantagem da existência dos Grupos Ativos Comunitários nos territórios?

LR: A vantagem da existência destes Grupos Ativos Comunitários, para mim, e desde o início que eu disse que era fundamental a participação das pessoas. Este Grupo Ativo Comunitário dava a oportunidade de toda a gente ser importante, toda a gente participar nas tomadas de decisões. Era um grupo aberto. Funcionávamos com total liberdade. As pessoas podiam opinar, as pessoas podiam votar, sem que alguém fizesse qualquer tipo de pressão. E lembro-me perfeitamente que houve propostas que foram avante que se calhar não eram aquelas que, por exemplo, eu mais queria. Mas as pessoas mandavam, o povo era soberano e nós, na sua grande maioria, aprovávamos o que eles queriam, como era lógico. Não tivemos qualquer tipo de dificuldades porque como eu disse há bem pouco nós íamos sempre apresentando propostas e iam sendo aprovadas e colocávamos em prática. E foi um grupo mesmo realmente ativo, como o

“ **As pessoas apareciam e depois fazíamos os votos havia uma votação e chegávamos a um consenso sobre qual seria a melhor proposta para apresentar na Câmara.**

“ **nós tínhamos as portas abertas no município e então as ideias fluíam cada vez mais.**

“ **...o segundo Festival Intercultural, cerca de 1000 pessoas participaram, [...] um jogo de futebol entre a comunidade cigana e as forças da autoridade onde havia membros da PSP, da GNR e dos Bombeiros e foi um dia inesquecível para mim.**

próprio nome indica. Estes Grupos Ativos Comunitários trouxeram realmente isso, que era as pessoas sentirem-se importantes, perante o município, perante o Presidente, muitas vezes fomos recebidos pelo Presidente, perante os vereadores. Nós eramos ouvidos, éramos escutados, ou seja, nós tivemos a oportunidade.

ObCig: Conhecimento local. Tendo em conta a sua experiência, quais são as principais necessidades sentidas pessoas ciganas que conhece, principalmente no que diz respeito a áreas como a Educação, a Habitação, a Saúde e o Trabalho?

LR: As dificuldades acho que são transversais. As dificuldades que o povo cigano sente acho que são transversais. Aqui fala na educação, na habitação, na saúde e no trabalho. A habitação continua a ser o problema. Em Elvas felizmente não há barracas, mas existem bairros sociais com casas sobrelotadas. Existem no mesmo agregado familiar quatro e cinco casais. Isto é real. Na educação eu acho que nós temos o acesso à educação, falta-nos se calhar algumas bases e também alguns princípios. E partindo do ponto em que existem casas sobrelotadas, com vários agregados familiares, torna-se quase impossível esta criança depois das aulas conseguir ter algum descanso entre aspas ou até mesmo estudar e fazer os trabalhos de casa. Eu acho que a maior dificuldade de tudo depois tem a ver com a habitação. Não há habitação, não há educação. A saúde também é um caso muito importante porque a higiene não é feita a tempo e horas. Porque eu acho até que na saúde e com a Segurança Social muito em cima do acontecimento e mesmo com a própria escola acho que a vacinação está toda em ordem. E acho que na saúde se calhar os mais velhos têm mais alguma dificuldade. A nível de crianças estamos muito bem. Se calhar os nossos anciões se calhar por falta de conhecimento também têm alguma dificuldade em chegar à saúde. A nível de trabalho é transversal. É a falta de escolaridade. Apesar de, por exemplo, em Elvas existir muito trabalho no campo e garante que 80% da população cigana trabalha no campo. Não tem esse problema. É lógico que existe uma grande falta de oportunidade e de trabalho, mas colmatamos também com a sorte ou digamos a oportunidade de trabalharmos no campo. No Alentejo é donde sai a nossa..., os nossos legumes, as nossas batatas e a nossa azeitona.

ObCig: Na sua opinião, em que medida a COVID-19 agravou ou tornou mais visíveis as fragilidades socioeconómicas que já existiam?

“ Este Grupo Ativo Comunitário dava a oportunidade de toda a gente ser importante, toda a gente participar nas tomadas de decisões. [...] As pessoas podiam opinar, as pessoas podiam votar.

“ a vacinação está toda em ordem. [...] Na saúde se calhar os mais velhos têm mais alguma dificuldade.

“ As dificuldades que o povo cigano sente acho que são transversais.

“ A nível de trabalho é transversal. É a falta de escolaridade. [...] É lógico que existe uma grande falta de oportunidade e de trabalho.

LR: O COVID agravou... Toda a gente agravou, a sociedade maioritária e também agravou muito a comunidade cigana, porque as fragilidades socioeconómicas começaram a aparecer. Porque os trabalhos deixaram de haver, ou seja, não se vendia, não se trabalhava. O campo parou, como parou todos os trabalhos e houve realmente uma grande dificuldade e digamos que até a fome apoderou-se aqui de algumas pessoas ou de alguns agregados familiares mais pobres. Dizer também que, neste caso, houve uma atenção e houve também uma distribuição de alimentos também por parte da associação Sílabas Dinâmicas onde também havia muitos elementos do Grupo Ativo que faziam parte. E esse Grupo Ativo também transformado em associação também ajudou muito o quanto conseguimos. Como é lógico não conseguimos chegar a toda a gente.

ObCig: O que é que tem sido feito e o que acha que deveria ser feito para a melhoria da situação e das condições de vida das pessoas e famílias ciganas, principalmente no território em que habita?

LR: O que poderia ser feito e deveria ser feito para melhorar as condições de vida das pessoas aqui em Elvas, volto a dizer, é fundamentalmente uma habitação e terminar com os bairros sociais, como é lógico, porque com bairros sociais não há inclusão, com bairros sociais é impossível fazer-se uma inclusão, não dá, porque os bairros sociais normalmente não são feitos no centro da cidade, são feitos fora do centro da cidade, normalmente no meio do campo, de um olival.

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!

“ **Torna-se quase impossível esta criança depois das aulas conseguir ter algum descanso ou até mesmo estudar e fazer os trabalhos de casa. Eu acho que a maior dificuldade de tudo tem a ver com a habitação.**

“ **O COVID agravou [...] as fragilidades socioeconómicas começaram a aparecer. [...] até a fome apoderou-se aqui de algumas pessoas ou de alguns agregados familiares mais pobres.**

“ **Terminar com os bairros sociais porque com bairros sociais não há inclusão, [...] os bairros sociais normalmente não são feitos no centro da cidade**



Ana Abrantes, Município de Évora

26

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Caracterização pessoal do/a entrevistado/a. Nome, idade, nível de escolaridade, profissão/cargo desempenhado e tipo de ligação ao PLICC do município onde trabalha.

Ana Abrantes (AA): Ana Abrantes, 42 anos, licenciada, técnica superior que integra a equipa de conceção, desenvolvimento e avaliação do PLICC.

ObCig: Identificação do município e do departamento/serviço/unidade orgânica responsável pelo PLICC em perspetiva.

AA: Câmara Municipal de Évora, Divisão de Educação e Intervenção Social

“ ...importava garantir a existência de um instrumento que [...] possibilitasse estruturar o trabalho já em curso com as comunidades ciganas locais [...], mas que também refletisse as necessidades e expetativas das famílias ciganas de Évora.

ObCig: Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC). Quando é que o PLICC do município onde trabalha foi concebido? E em que fase é que o mesmo se encontra atualmente?

AA: O [PLICC de Évora](#) foi concebido no último semestre de 2018. Atualmente encontra-se em fase final de implementação face à prorrogação do seu desenvolvimento até final de 2022, devido aos constrangimentos e condicionantes impostos pela COVID-19.

ObCig: Como surgiu o interesse pela conceção e implementação do PLICC?

AA: No contexto das estratégias e políticas municipais para o desenvolvimento social local importava garantir a existência de um instrumento que, alinhado com a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, possibilitasse estruturar o trabalho já em curso com as comunidades ciganas locais ao sustentar-se em diagnósticos participados com os organismos e entidades que intervêm com a comunidade, mas que também refletisse as necessidades e expectativas das famílias ciganas de Évora.

ObCig: Quais são os principais objetivos e quais as iniciativas e atividades desenvolvidas no âmbito do mesmo?

AA: Contribuir para a inclusão das comunidades ciganas de Évora, tendo por base a intervenção colaborativa e o compromisso de todos os intervenientes no processo: comunidade cigana e atores sociais locais, com vista a uma efetiva mudança e qualificação das políticas e estratégias locais de inclusão e promoção de igualdade de oportunidades junto destas comunidades.

ObCig: Quem são e como é que os parceiros foram/são envolvidos nas etapas de conceção (diagnóstico e planeamento), implementação, monitorização e avaliação do PLICC? Existe alguma rede ou plataforma responsável pelo acompanhamento do PLICC no território? Se sim, como funciona?

AA: No processo de conceção do PLICC foram realizados 3 *focus group*: comunidade cigana (representantes das famílias em acampamento e em habitação social), atores sociais locais e agrupamentos de escolas. A conceção do plano, o seu desenvolvimento e monitorização é responsabilidade de um grupo de trabalho dedicado às matérias da inclusão e diálogo intercultural criado no contexto do Conselho Local de Ação Social de Évora. Trata-se de um grupo multi-institucional que integra 11 entidades e organizações locais que, direta ou indiretamente, têm intervenção junto das comunidades ciganas de Évora.

ObCig: Em função dos principais resultados e impactos conseguidos, até ao momento, no território, na sua opinião, qual é a pertinência da existência de um PLICC nos territórios?

“ **Contribuir para a inclusão das comunidades ciganas de Évora, tendo por base a intervenção colaborativa e o compromisso de todos os intervenientes no processo.**

“ **A existência do PLICC assume um papel preponderante na organização e estruturação da atuação ao possibilitar a interseção de diversas perspetivas.**

AA: A existência do PLICC assume um papel preponderante na organização e estruturação da atuação ao possibilitar a interseção de diversas perspetivas, desde os destinatários finais até às entidades locais, ao permitir uma sistematização de recursos para o desenvolvimento das ações e ao sustentar-se numa priorização das atividades a desenvolver possibilitando o alinhamento de todos os intervenientes, não só dos resultados consensualizados, mas também dos meios a alocar e dos timings a ter em conta.

ObCig: Conhecimento local. Tendo em conta a sua experiência, quais são as principais necessidades sentidas pelas pessoas ciganas no município onde trabalha, principalmente no que diz respeito a áreas como a Educação, a Habitação, a Saúde e o Trabalho?

AA: O conhecimento e a relação que os serviços mantêm com as famílias ciganas permite-nos dizer que a principal necessidade das famílias ciganas situa-se ao nível da habitação. Este facto deriva do nº reduzido de habitações sociais face à procura, mas também da impossibilidade de grande parte destas famílias em acederem ao mercado livre de arrendamento tendo em conta os seus rendimentos mensais.

Além destes fatores deve-se ainda sublinhar a forte resistência dos proprietários em alugar casa a famílias da comunidade cigana.

ObCig: Em que medida considera que a COVID-19 agravou ou tornou mais visíveis as fragilidades socioeconómicas que já existiam?

AA: O impacto da situação pandémica por COVID-19 foi transversal a toda a sociedade, os confinamentos, todas as medidas restritivas e controlo da propagação da doença remeteram os cidadãos para uma situação de franca vulnerabilidade. Tratando-se de grupos que são já alvo de exclusão e que muitas vezes vivem no limiar da pobreza esta situação fez evidenciar estes aspetos. Todavia, em Évora foi garantido suporte e assistência a todas as famílias que indicavam necessidade de apoio através do envolvimento, colaboração e articulação entre inúmeras entidades e organizações da rede social local.

ObCig: O que é que tem sido feito e o que acha que poderia ser feito para a melhoria da situação e das condições de vida das pessoas e famílias ciganas, principalmente no território em que trabalha?

AA: Políticas e instrumentos que viabilizassem a atribuição de habitação às famílias da comunidade cigana que continuam a viver em situações pouco dignas, revisão da prestação de RSI e do seu mecanismo de operacionalização que, atualmente, anula a atribuição da prestação social caso o beneficiário indique que se encontra a usufruir de outros rendimentos, realização de um acompanhamento social efetivo e de proximidade no

“ **O conhecimento e a relação que os serviços mantêm com as famílias ciganas permite-nos dizer que a principal necessidade das famílias ciganas situa-se ao nível da habitação.**

“ **O impacto da situação pandémica por COVID-19 foi transversal a toda a sociedade, todas as medidas restritivas e controlo da propagação da doença remeteram os cidadãos para uma situação de franca vulnerabilidade. Tratando-se de grupos que são já alvo de exclusão e que muitas vezes vivem no limiar da pobreza esta situação fez evidenciar estes aspetos.**

âmbito do rendimento social de inserção sustentado num processo de participação do beneficiário no desenho da sua trajetória de vida.

ObCig: Trabalho em parceria: envolvimento paritário local de pessoas ciganas. Como foi/está a ser realizado o envolvimento das comunidades ciganas locais?

AA: Além do *focus group* realizado na fase diagnóstica do PLICC, recentemente a AMUCIP, através do projeto Vidas Ativas 4G – CLDS 4G esteve a desenvolver intervenção no território, realizando diversas assembleias comunitárias com diversos elementos das comunidades ciganas locais. Esta informação possibilitará uma reformulação das atividades futuras do PLICC procurando enquadrar as necessidades e expetativas das comunidades.

“ Os resultados alcançados, o conhecimento já produzido apenas é fruto de uma colaboração estreita entre os diferentes atores sociais locais.

ObCig: Na sua perspetiva, como estão a funcionar as parcerias com todas as entidades e pessoas envolvidas?

AA: O trabalho desenvolvido nesta matéria assenta num trabalho de parceria e articulação entre as organizações e entidades no concelho que apoiam e acompanham as famílias da comunidade cigana. Os resultados alcançados, o conhecimento já produzido apenas é fruto de uma colaboração estreita entre os diferentes atores sociais locais. Exemplo disto apontamos o acompanhamento social que está a ser desenvolvido por algumas das entidades e organizações que integram a Unidade de Rede para a Inclusão e Diálogo Intercultural.

“ A participação da comunidade revela-se central ao possibilitar que um documento estratégico reflita e integre a perspetiva dos destinatários, que acautele ações e respostas que correspondam às necessidades e expetativas.

ObCig: Na sua perspetiva, que importância tem a participação de pessoas ciganas nos processos de planeamento, tomada de decisão, implementação, monitorização e avaliação de projetos e atividades a nível local?

AA: A participação da comunidade revela-se central ao possibilitar que um documento estratégico reflita e integre a perspetiva dos destinatários, que acautele ações e respostas que correspondam às necessidades e expectativas. Além disto, a colaboração das comunidades ciganas no processo permitirá uma maior apropriação da estratégia a implementar e um maior reconhecimento da pertinência das ações a desencadear.

ObCig: E em que medida considera que essa participação é potenciadora de uma cidadania ativa emancipatória de todos os envolvidos neste processo?

AA: Sim, o processo de reflexão sobre expectativas, sobre necessidades e a participação ativa na construção de soluções poderá ser, sem dúvida, determinante para a tomada de consciência do papel que cada indivíduo desempenha na construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

ObCig: O que achou/acha mais desafiador nesta conceção e implementação do PLICC?

AA: A participação das comunidades ciganas e o reconhecimento de que existem limitações na capacidade de atuação das instituições locais. Que nem todos os problemas são passíveis de solução imediata.

ObCig: O que considera que pode e deve ser melhorado?

AA: Os apoios financeiros alocados ao desenvolvimento de um instrumento desta natureza e desta dimensão. Um trabalho efetivo com as comunidades ciganas carece de consistência e continuidade, a qual apenas poderá ser garantida através da existência de uma equipa de trabalho alargada que, além de fomentar o diálogo e aproximação entre comunidades, ciganas e não ciganas, implementasse ações de competências sociais e pessoais, que articulasse com entidades o desenho de respostas mais ajustadas às características e especificidades da cultura e comunidades ciganas. Tal como referido, a alavanca para muitas destas famílias passa pela resolução da sua situação habitacional, sendo a partir deste fator que alguns outros poderão ser qualificados e robustecidos, nomeadamente formação/educação, participação cívica.

De referir a necessidade de uma concertação estratégica de nível intermunicipal que alinhe os diversos municípios da região segundo os mesmos princípios, objetivos e, sobretudo, respostas para as comunidades ciganas, bem como a pertinência da mediação intercultural para facilitar o diálogo, aproximar comunidades e atenuar a exclusão e discriminação de que os ciganos ainda são alvo. Importa ainda promover uma reflexão alargada sobre as medidas de integração em mercado de trabalho, sendo este um fator determinante para que se consigam romper estereótipos e com a dependência de prestações sociais do Estado.

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!

“ ...o processo de reflexão sobre expectativas, sobre necessidades e a participação ativa na construção de soluções poderá ser, sem dúvida, determinante para a tomada de consciência do papel que cada indivíduo desempenha na construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

“ ... nem todos os problemas são passíveis de solução imediata.

“ ... Um trabalho efetivo com as comunidades ciganas carece de consistência e continuidade.



Susana Silveira, Associação Costume Colossal

31

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Caracterização pessoal do entrevistado. Nome, Idade, Nível de Escolaridade, Profissão.

Susana Silveira (SS): Susana Silveira, 32 anos. Estou a concluir o 12º ano. Sou gerente de armazém.

ObCig: Participa de algum Grupo Ativo Comunitário?

SS: No Grupo Ativo Comunitário em si, não participo.

“ ... a COVID-19 obrigou [...] a adaptar as suas vendas ao formato online ou então levando-os a emigrar de maneira forçada...”

ObCig: Conhecimento local. Tendo em conta a sua experiência, quais são as principais necessidades sentidas pessoas ciganas que conhece, principalmente no que diz respeito a áreas como a Educação, a Habitação, a Saúde e o Trabalho?

SS: As principais preocupações são em relação ao sentido de oportunidade que não é de todo ou por vezes dado às pessoas ciganas, sobretudo devido ao preconceito sentido pelas pessoas da comunidade maioritária.

ObCig: Na sua opinião, em que medida a COVID-19 agravou ou tornou mais visíveis as fragilidades socioeconómicas que já existiam?

SS: Na minha opinião a COVID-19 obrigou os ciganos, mais uma vez, a adaptarem-se, porque o encerramento das feiras e comércio local deixou-os sem qualquer meio de subsistência, levando muitos a adaptar as suas vendas ao formato online ou então levando-os a emigrar de maneira forçada...

ObCig: O que é que tem sido feito e o que acha que deveria ser feito para a melhoria da situação e das condições de vida das pessoas e famílias ciganas, principalmente no território em que habita?

SS: No território onde habito, penso que é muito importante dar mais oportunidades de emprego sem discriminar as pessoas pela etnia a que pertencem.

ObCig: Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC). Participou na elaboração de algum PLICC ou participou em alguma iniciativa relacionada com os Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas? Se sim, como descreveria essa participação?

SS: Enquanto dirigente de associação, estive envolvida na concretização do primeiro PLICC de Almada, e agora em 2022 na revisão e adaptação do PLICC para este próximo ano corrente.

ObCig: Na sua perspetiva, que importância tem a participação de pessoas ciganas nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de projetos e atividades a nível local? E em que medida considera que essa participação é potenciadora de uma cidadania ativa emancipatória?

SS: Considero muito importante a participação de pessoas das comunidades ciganas a nível local, para que se possam empoderar e chegar à melhoria das suas condições de vida, tanto através do envolvimento local como da própria emancipação. Também considero muito importante que se aborde as secções de história e cultura cigana, pois deparo-me com muitas pessoas que não têm o mínimo de conhecimento, que tem por consequência os enormes preconceitos em relação às comunidades ciganas.

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!

“ ... dar mais oportunidades de emprego.

“ ... muito importante a participação de pessoas das comunidades ciganas a nível local, para que se possam empoderar e chegar à melhoria das suas condições de vida, tanto através do envolvimento local como da própria emancipação.



Ana Vilas Boas, Município de Almada

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Caracterização pessoal do/a entrevistado/a. Nome, idade, nível de escolaridade, profissão/cargo desempenhado e tipo de ligação ao PLICC do município onde trabalha.

33

Ana Vilas Boas (AVB): Ana Carolina Vilas Boas, Mestrado em Serviço Social, Chefe de Divisão da Intervenção Social do Município de Almada, fez parte da equipa de conceção do PLICC.

ObCig: Identificação do município e do departamento/serviço/unidade orgânica responsável pelo PLICC em perspetiva.

AVB: Município de Almada, Divisão de Intervenção e Integração Social.

ObCig: Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC). Quando é que o PLICC do município onde trabalha foi concebido? E em que fase é que o mesmo se encontra atualmente?

AVB: O [PLICC de Almada](#) foi construído em 2019, no âmbito do convite do ACM para integrar a 1ª edição do projeto “Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas”, financiado pelo Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania. Atualmente encontra-se em fase de execução.

ObCig: Como surgiu o interesse pela conceção e implementação do PLICC?

AVB: O I Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Almada surge de um desafio colocado por parte do Alto Comissariado para as Migrações aos municípios portugueses no sentido da sua participação ao nível das políticas de apoio à integração das comunidades ciganas e decorre da Estratégia Nacional. Almada apresenta uma numerosa comunidade cigana pelo que a possibilidade de termos um documento estratégico de política local neste âmbito, à semelhança do que construímos noutras áreas, pareceu-nos uma oportunidade de aprofundarmos trabalho específico com estas comunidades.

ObCig: Quais são os principais objetivos e quais as iniciativas e atividades desenvolvidas no âmbito do mesmo?

AVB: Os principais objetivos do PLICC de Almada passam por facilitar a existência de relações interétnicas e de proximidade, capacitar como estratégia de acesso à cidadania e poder cívico da etnia cigana, apoiar prioritariamente as pessoas e famílias que querem mudar, desenvolver conhecimento sobre a situação, capacitar e apoiar o empoderamento das mulheres ciganas numa perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e criar condições de governação integrada, com envolvimento e colaboração entre os vários atores “Stakeholders” no diagnóstico, planeamento e monitorização. As atividades são de diversa natureza mas centram-se nos eixos da cidadania e não discriminação, através de campanhas e formações e apoios às associações representativas das comunidades ciganas, o reforço dos projetos de mediação intercultural, nomeadamente nas escolas e os projetos na área da saúde, são alguns exemplos.

ObCig: Quem são e como é que os parceiros foram/são envolvidos nas etapas de conceção (diagnóstico e planeamento), implementação, monitorização e avaliação do PLICC?

AVB: Os parceiros do PLICC de Almada são a Associação Agarrar Exemplos, a Associação Costume Colossal, a Life Shaker, a Santa Casa da Misericórdia de Almada, o Centro Qualifica da Escola Secundária Cacilhas Tejo, o

“ ... a possibilidade de termos um documento estratégico de política local neste âmbito, [...] pareceu-nos uma oportunidade de aprofundarmos trabalho específico com estas comunidades.

“ As atividades [...] centram-se nos eixos da cidadania e não discriminação, através de campanhas e formações e apoios às associações representativas das comunidades ciganas, o reforço dos projetos de mediação intercultural, nomeadamente nas escolas e os projetos na área da saúde

Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina, o ACES Almada Seixal, através da Unidade de Cuidados na Comunidade de Almada e a EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza. Estes parceiros estiveram todos envolvidos na construção do PLICC, através de uma metodologia participativa que apostou num trabalho do tipo coletivo e colaborativo, a partir dos atores locais, juntando instituições e associações representativas da comunidade cigana nos mesmos momentos, criando espaços de encontro interétnico. Esta metodologia foi fundamental para a construção de uma visão e ação coletiva mas também para legitimar e consolidar as associações da comunidade cigana enquanto atores locais junto das outras entidades. Dar espaço e voz na arena da construção das políticas locais aos públicos constitui por si a estratégia que mais impacto tem na fase posterior da implementação. De facto, o que se vem a verificar é que nesta 1ª fase de implementação do PLICC as associações têm sido as grandes protagonistas, através de diversas iniciativas que têm vindo a dinamizar, aproveitando as linhas de financiamento que têm surgido no território. O número de parcerias destas associações com as diversas entidades locais tem-se diversificado, abrangendo áreas como o emprego, a igualdade entre homens e mulheres, a violência doméstica e a saúde.

ObCig: Existe alguma rede ou plataforma responsável pelo acompanhamento do PLICC no território? Se sim, como funciona?

AVB: Ainda não temos constituída uma plataforma de acompanhamento do PLICC.

ObCig: Em função dos principais resultados e impactos conseguidos, até ao momento, no território, na sua opinião, qual é a pertinência da existência de um PLICC nos territórios?

AVB: O PLICC é uma oportunidade de trabalho reflexivo e colaborativo, se não for encarado assim não terá grande impacto. É uma plataforma de relacionamento entre os atores, um espaço de relação. Um documento que compromete todos numa visão, que necessita de ser aprofundado diariamente na ação.

ObCig: Conhecimento local. Tendo em conta a sua experiência, quais são as principais necessidades sentidas pelas pessoas ciganas no município onde trabalha, principalmente no que diz respeito a áreas como a Educação, a Habitação, a Saúde e o Trabalho?

AVB: As necessidades das pessoas ciganas em Almada são comuns às necessidades das comunidades ciganas residentes em meio urbano, nomeadamente o acesso à habitação, o acesso ao emprego e a uma fonte de rendimento estável e digno para a subsistência da família. A dimensão da educação é claramente

“ O PLICC é uma oportunidade de trabalho reflexivo e colaborativo, se não for encarado assim não terá grande impacto.

“ Dar espaço e voz na arena da construção das políticas locais aos públicos constitui por si a estratégia que mais impacto tem na fase posterior da implementação. [...] As associações têm sido as grandes protagonistas.

“ As necessidades das pessoas ciganas em Almada são comuns às necessidades das comunidades ciganas residentes em meio urbano.

central e aquela que é considerada unanimemente como a mais importante impulsionadora de mudanças dentro da comunidade cigana nomeadamente quanto ao acesso ao emprego, ao poder de cidadania e político.

Se por um lado é clara a falta de qualificação da maioria das pessoas ciganas por outro lado não parece existir da parte de algumas entidades educativas uma preparação para a diversidade e interculturalidade.

No diagnóstico do PLICC foram vários os exemplos de situações em que a escola não foi inclusiva mas também de situações em que do lado das pessoas ciganas não houve vontade de dialogar com a escola. Em algumas escolas existem situações de crianças de etnia cigana deslocadas dos restantes alunos. Em algumas comunidades ciganas existem raparigas que não prosseguem os seus estudos. Mais uma vez, as associações ciganas reforçaram a importância de

se evitar a generalização e de que o cenário atual é de mudança no que diz respeito ao olhar que a comunidade cigana tem sobre a educação, nomeadamente das raparigas e que é cada vez mais o número de meninas que prossegue os estudos. Estes casos deveriam ser mais valorizados por toda a sociedade. Foram relatadas boas práticas em escolas do concelho nas quais foram implementadas estratégias que apoiaram as crianças ciganas na integração em sala de aula, sem as retirar do espaço comum, com resultados positivos na motivação das crianças para a escola e no estabelecimento de relações de confiança entre escola e família. É por aqui que temos que ir.

“ Se por um lado é clara a falta de qualificação da maioria das pessoas ciganas por outro lado não parece existir da parte de algumas entidades educativas uma preparação para a diversidade e interculturalidade.

ObCig: Em que medida considera que a COVID-19 agravou ou tornou mais visíveis as fragilidades socioeconómicas que já existiam?

AVB: A pandemia veio agravar as condições de vida de todos aqueles e aquelas que já viviam numa situação de maior vulnerabilidade, com empregos precários e rendimentos baixos. As comunidades ciganas não foram exceção, agravado pelo facto de a maioria da inserção profissional destas comunidades ser em áreas que tiveram completamente encerradas, o que despoletou problemas sociais graves.

“ ... apoiar prioritariamente as pessoas e as famílias que querem mudar.

ObCig: O que é que tem sido feito e o que acha que poderia ser feito para a melhoria da situação e das condições de vida das pessoas e famílias ciganas, principalmente no território em que trabalha?

AVB: No nosso território procuramos intervir em 4 eixos: construir relações próximas e afetivas; capacitar como estratégia de acesso à cidadania e poder cívico da comunidade, como estratégia de acesso ao mercado de trabalho, como estratégia para ser parceiros efetivos na construção de respostas e como estratégia de igualdade de género; apoiar prioritariamente as pessoas e as famílias que querem mudar; e por último criar conhecimento sobre a situação e condições de monitorização. Destes 4 eixos emergem iniciativas locais que pensamos poderem vir a minimizar alguns dos problemas que persistem nestas comunidades.

ObCig: Trabalho em parceria: envolvimento paritário local de pessoas ciganas. Como foi/está a ser realizado o envolvimento das comunidades ciganas locais?

AVB: Através das associações que as representam, em Almada temos 3 associações, uma delas de jovens ciganos. As associações têm sido o principal motor das iniciativas do PLICC em Almada, juntamente com outros parceiros locais.

“ **As associações têm sido o principal motor das iniciativas do PLICC em Almada, juntamente com outros parceiros locais.**

ObCig: Na sua perspetiva, como estão a funcionar as parcerias com todas as entidades e pessoas envolvidas?

AVB: São caminhos de conhecimento e aprendizagem para todos. As associações não têm prática de implementação de projetos, alguns deles com financiamentos públicos. As entidades locais têm prática insuficiente de implementação de projetos com associações representativas. Todos crescemos nesta relação, sendo que para as associações trata-se de um espaço político frequentemente inacessível e para as quais se torna essencial tendo em vista a construção da sua identidade. Nestas parcerias também se desconstroem estereótipos.

“ **Todos crescemos nesta relação, sendo que para as associações trata-se de um espaço político frequentemente inacessível e para as quais se torna essencial tendo em vista a construção da sua identidade.**

ObCig: Na sua perspetiva, que importância tem a participação de pessoas ciganas nos processos de planeamento, tomada de decisão, implementação, monitorização e avaliação de projetos e atividades a nível local?

AVB: Respondi anteriormente.

ObCig: E em que medida considera que essa participação é potenciadora de uma cidadania ativa emancipatória de todos os envolvidos neste processo?

AVB: Respondi anteriormente.

ObCig: O que achou/acha mais desafiador nesta conceção e implementação do PLICC?

AVB: Compreender que a mudança leva tempo; fazer com e não para; gerir recursos insuficientes; a persistência da discriminação e estereótipo.

“ **Compreender que a mudança leva tempo; fazer com e não para; gerir recursos insuficientes; a persistência da discriminação e estereótipo.**

ObCig: O que considera que pode e deve ser melhorado?

AVB: Trata-se de um plano que não é acompanhado de investimento financeiro da parte do Estado Central, o que poderia ser um elemento potenciador de algumas iniciativas (por exemplo, projetos de mediação cultural); deveria existir maior partilha de conhecimento entre os municípios e entre os parceiros dos diferentes municípios.

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!



Bruno Gonçalves, Programa ROMED

39

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Caracterização pessoal do entrevistado. Nome, Idade, Nível de Escolaridade, Profissão.

Bruno Gonçalves (BG): O meu nome é Bruno Gonçalves, tenho 46 anos, sou licenciado em Educação Socioeducativa e neste momento sou coordenado do programa ROMED e também no programa OPRE.

ObCig: Identificação do Grupo Ativo Comunitário (nome do concelho) a que pertence?

BG: Eu não pertenci diretamente a um grupo ativo comunitário, eu sou o coordenador do programa ROMED que tem também como grande objetivo estimular a participação ativa das comunidades ciganas, neste caso a nível local, e o meu grande trabalho foi de facto ajudar a formar grupos ativos comunitários. Claro que sempre estive muito mais perto do grupo ativo comunitário cigano da Figueira da Foz.

ObCig: Motivações pessoais. Como surgiu a oportunidade e o que o/a levou a participar no Grupo Ativo Comunitário?

“ Sou o coordenador do programa ROMED que tem também como grande objetivo estimular a participação ativa das comunidades ciganas.

BG: Claro que as motivações pessoais têm a ver com o meu trabalho, com a minha profissão e, claro tinha como grande objetivo, portanto, a organização da comunidade cigana a nível local para que pudessem desenvolver dinâmicas de forma a se aproximarem dos órgãos do poder local e ter uma maior participação e no fundo quebrar o virar de costas secular que as comunidades ciganas têm sobretudo com os órgãos do poder local.

ObCig: Há quanto tempo está envolvido no Grupo Ativo Comunitário?

BG: Portanto, desde 2014 sou o coordenador do programa ROMED, primeiramente com o Conselho de Europa e depois com o Governo português e, portanto, já são vários anos a ajudar com metodologias participativas, enquanto formador, a que estes grupos ativos tivessem uma dinâmica e que tivessem organização, sobretudo. No fundo são grupos informais que nós gostaríamos e a grande parte deles a nível nacional se transformaram após algum tempo em associações, mas tendo como base metodologias de participação muito democráticas e baseadas nos direitos humanos que é o âmbito de intervenção do programa ROMED.

ObCig: Participação local dos Grupos Ativos Comunitários. Caracterização da intervenção do Grupo Ativo Comunitário a que pertence. Quem faz parte do Grupo Ativo Comunitário?

BG: Relativamente ao grupo ativo que eu estive mais perto, que é o da Figueira da Foz, tanto homens e mulheres participaram, cerca de 15 pessoas, claro que as regras dos grupos ativos é que as pessoas não são obrigadas a participar, não há um vínculo obrigatório de participação, mas sobretudo o que se destaca tem a ver com o facto de termos muitas mulheres ciganas neste grupo ativo comunitário.

ObCig: Quais são os principais objetivos e quais as iniciativas e atividades desenvolvidas pelo Grupo Ativo Comunitário?

BG: Os principais objetivos, já foram referidos, era de facto nos aproximarmos cada vez mais dos órgãos de poder local e sobretudo de ter dinâmicas de organização e democráticas de modo a propor, fazer propostas aos órgãos de poder local de forma a melhorar a sua situação enquanto cidadãos e enquanto comunidades ciganas e desenvolver no espaço onde vivem e, também na cidade, políticas um bocadinho mais saltares e mais inclusivas.

“ Tendo como base metodologias de participação muito democráticas e baseadas nos direitos humanos que é o âmbito de intervenção do programa ROMED.

“ sobretudo o que se destaca tem a ver com o facto de termos muitas mulheres ciganas neste grupo ativo comunitário.

“ Os principais objetivos, [...] fazer propostas aos órgãos de poder local de forma a melhorar a sua situação [...] e, também na cidade, políticas um bocadinho mais saltares e mais inclusivas.

ObCig: Na sua opinião, qual é a marca que um Grupo Ativo Comunitário poderá deixar num determinado território? Qual é a vantagem da existência dos Grupos Ativos Comunitários nos territórios?

BG: A grande marca de um grupo ativo comunitário de facto “Participar” é importante, embora tenha consciência que muitas vezes as comunidades ciganas estão tão debilitadas a vários níveis que muitas vezes o participar não é fácil. Portanto, as pessoas vão à procura primeiramente dos bens essenciais e depois para ter uma cidadania um bocadinho mais ativa as coisas tornam-se um pouco mais complicadas. Porque primeiramente está o pão para colocar na mesa e isso muitas vezes era um dos obstáculos que os membros ativos tinham. Outros porque estudavam, felizmente estavam no ensino superior, no caso da Figueira da Foz, e que tinham pouco tempo para estarem juntos a pensar em propostas e no fundo em dinâmicas que pudessem ser desenvolvidas por este grupo ativo, mas de facto deixaram algumas marcas. Penso que aqui na Figueira da Foz a grande marca foi ao nível do emprego onde não havia uma tradição no Município contratar neste caso ao abrigo de medidas, como são os contratos de emprego inserção, pessoas ciganas para algumas das áreas. E de facto ao longo dos anos isso tem se vindo a conseguir e todos os anos o Município da Figueira contrata ao abrigo dos CEI pessoas ciganas e cada vez mais e neste momento temos uma das pessoas que está envolvida num concurso público e poderá ter a possibilidade de ficar como funcionário público. Portanto, vamos ver. Outra das grandes vitórias foi o grupo ativo fazer uma proposta, que hoje é uma política local, que é o programa “Figueira a Sorrir”, que de facto foi proposto pelo grupo ativo comunitário não só para as comunidades ciganas, mas para todas as pessoas carenciadas da cidade e acho que deixaram uma marca importante. A principal marca que de facto não é tão material é de termos pela primeira vez, homens e mulheres, a falar frente a frente com o Presidente, com vereadores de Câmara, e no fundo quebrar uma frieza, criar uma separação que existia, um virar de costas contínuo, e de facto foi esse um dos grandes trunfos e uma das grandes vitórias dos grupos ativos comunitários.

ObCig: Conhecimento local. Tendo em conta a sua experiência, quais são as principais necessidades sentidas pessoas ciganas que conhece, principalmente no que diz respeito a áreas como a Educação, a Habitação, a Saúde e o Trabalho?

“Participar” é importante, embora tenha consciência que muitas vezes as comunidades ciganas estão tão debilitadas a vários níveis que muitas vezes o participar não é fácil.

Outra das grandes vitórias foi o grupo ativo fazer uma proposta, que hoje é uma política local, o programa “Figueira a Sorrir”, [...] para todas as pessoas carenciadas da cidade.

Penso que aqui na Figueira da Foz a grande marca foi ao nível do emprego onde não havia uma tradição no Município contratar [...] pessoas ciganas para algumas das áreas.

BG: A nível das necessidades sentidas pelas pessoas ciganas são a todos os níveis desde a Educação, Saúde, Habitação e o Trabalho. Há de facto a área da imagem que é muito estereotipada das comunidades ciganas, portanto a nível local, em grande parte das regiões do país e é difícil quebrar, a generalização é enorme. Sabemos também que ao nível dos órgãos do poder local há algum receio em implementar ou tentar implementar algumas políticas sobre as comunidades ciganas porque há receio de serem medidas antipopulares e, portanto, as pessoas perderem os votos e não terem capacidade eleitoral nas próximas eleições e isso é uma das coisas que a gente tem vindo a observar. Algum receio, algum medo nos executivos camarários. E de facto, a todos níveis podemos dizer que há grandes necessidades. De facto, a imagem muito estereotipada, muito cristalizada, leva que haja um afastamento e generalizações que são tão más, porque comportamentos de algumas pessoas não pode ser englobado a toda uma comunidade ou a várias comunidades que existem nalgumas cidades. E isso de facto atrapalha bastante. Outra das coisas que também a comunidade cigana não gere tão bem é de serem muito imediatistas. Pensarem que se propõe hoje e amanhã já se tem uma resposta, quando nós sabemos que existe um outro câncer na nossa sociedade que é a burocracia.

ObCig: Na sua opinião, em que medida a COVID-19 agravou ou tornou mais visíveis as fragilidades socioeconómicas que já existiam?

BG: Quanto à COVID-19, claro que agravou bastante. Todos nós sentimos, em geral as pessoas mais pobres. As comunidades ciganas também sentiram. Uma boa parte sendo vendedores ambulantes viram de facto muito rapidamente a sua almofada financeira a fraquejar de tal forma que muitas passaram bastantes necessidades e de facto foram momentos muito difíceis para uma boa parte das famílias ciganas, portanto, foi de facto algo que foi para esquecer. Deixou um abalo muito grande em grande parte das famílias.

ObCig: O que é que tem sido feito e o que acha que deveria ser feito para a melhoria da situação e das condições de vida das pessoas e famílias ciganas, principalmente no território em que habita?

“ A principal marca que não é tão material é de termos pela primeira vez, homens e mulheres, a falar frente a frente com o Presidente, com vereadores de Câmara.

“ Outra das coisas que a comunidade cigana não gere tão bem é de serem muito imediatistas. Pensarem que se propõe hoje e amanhã já se tem uma resposta.

“ Quanto à COVID-19, claro que agravou bastante. de tal forma que muitas passaram bastantes necessidades.

BG: Relativamente ao que foi feito para a melhoria das condições de vida das pessoas e famílias ciganas no território em que eu habito, não podemos dizer que na Figueira da Foz não haja políticas, acho que há alguma sensibilidade, é verdade que mudámos agora o executivo, mas acreditamos que o executivo vai estar na mesma linha de trabalho, claro, há sempre coisas para fazer. Eu acho que de facto ao nível da habitação tem que se pensar muito bem relativamente à distribuição das famílias ciganas. Evitar as segregações espaciais, acho que isso pode ser prejudicial para as comunidades ciganas. É claro que embora seja uma cidade onde o nível escolar até é alto relativamente a outras cidades que nós conhecemos, ainda há muito que fazer. Ainda temos alguns casos de insucesso e absentismo. Mas claro isto são mentalidades. As mudanças de mentalidades demoram bastante. Mas de facto tem de haver mais investimento, sobretudo, da parte dos órgãos de poder local, mas também da parte da comunidade cigana em áreas que são primordiais como é a questão da Educação, que pode ser um elevador social para algumas das futuras gerações que aí vêm, mas não posso dizer que a Figueira é de facto uma cidade que não tem implementado ou não tem tentado implementar políticas que podem melhorar a condição de vida das pessoas ciganas figueirenses.

“ **Ao nível da habitação tem que se pensar muito bem relativamente à distribuição das famílias ciganas. Evitar as segregações espaciais.**

ObCig: Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC). O Grupo Ativo Comunitário a que pertence participou na elaboração de algum PLICC ou participou em alguma iniciativa relacionada com os Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas? Se sim, como descreveria essa participação?

BG: Relativamente aos PLICC, claro que o grupo ativo na Figueira da FOZ participou e implementa algumas das medidas que estão, e os objetivos, plasmados no PLICC. E claro, essa participação tem sido grande quer através do grupo ativo comunitário como também das associações ciganas locais que estão responsáveis também por atingir um dos objetivos do PLICC. E de facto o PLICC existe porque houve a enorme participação tanto dos grupos ativos comunitários como das associações locais. E de facto ficámos e ficamos contentes com o PLICC que nós temos, que é um PLICC bastante ambicioso até.

“ **tem de haver mais investimento, sobretudo, da parte dos órgãos de poder local, mas também da parte da comunidade cigana [na] Educação, que pode ser um elevador social para algumas das futuras gerações que aí vêm.**

ObCig: Na sua perspetiva, que importância tem a participação de pessoas ciganas nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de projetos e atividades a nível local?

BG: Relativamente ao planeamento e tomada de decisão a nível local eu acho que temos vindo a ganhar o nosso espaço, não só enquanto grupo ativo comunitário, mas também como associações. Claro que sentimos muitas vezes que existem outras organizações que não acreditam ou duvidam do nosso trabalho, mas também não nos podemos esquecer que as associações locais cada vez mais têm técnicos ciganos a trabalhar e que necessitam da sua oportunidade e que necessitam de ganhar e de ter desafios. Muitas vezes achamos que há organizações que não veem com bons olhos o nosso trabalho. Mas há outras também em compensação que ficam muito felizes, como é o caso das organizações, sobretudo estatais ou organizações do poder local que acreditam muito no nosso trabalho. E acho que temos vindo a mostrar ao longo dos tempos que passo a passo, *step by step*, vamos conseguindo atingir alguns objetivos porque de facto o grande objetivo é se as comunidades ciganas estiverem bem, penso que a cidade também estará bem. Todas as pessoas que têm algumas carências, se lhes for melhorado ou dado algumas condições, certamente que toda a cidade tem a ganhar com isso.

ObCig: E em que medida considera que essa participação é potenciadora de uma cidadania ativa emancipatória?

BG: Em relação à participação como potenciadora de uma cidadania ativa emancipatória, eu acredito que sim, sobretudo para alguns grupos da própria comunidade cigana, como são as mulheres, eu acho que têm vindo a fazer, a traçar um caminho super importante, têm vindo com os seus modelos mostrar que é possível e no geral eu acho que ainda por muito que haja por fazer, acredito que nalguns territórios onde existem grupos ativos, muita coisa está a ser feita, como participação política. Não só o voto, como fazer parte de algumas listas, de estarem presente nalguns espaços públicos importantes onde se podem pactuar políticas. Eu acho que isso tem vindo a ser feito por uma boa parte das pessoas que participam nas associações e grupos ativos comunitários. Muitas vezes repetem-se é verdade nessas organizações, embora tenhamos consciência que há uma separação entre um grupo ativo comunitário e uma associação. Claro, os grupos ativos e os PLICC são boas medidas que se tem vindo a implementar, mas claro que tudo leva o seu tempo. Há um avançar e um recuar muitas das vezes. Acho que algo que nos prejudicou bastante e não falando apenas como o coordenador ROMED, acho que o COVID-19. O facto de estarmos distantes. O facto de não haver contacto foi prejudicial. E claro outra das coisas que tem prejudicado bastante o grupo ROMED e os grupos ativos comunitários são as eleições autárquicas, os executivos que mudaram e que de alguma forma têm vindo a ser um obstáculo para os grupos ativos porque são novos executivos, novas ideologias, e tudo leva o seu tempo e

“ o PLICC existe porque houve a enorme participação tanto dos grupos ativos comunitários como das associações locais.

“ Passo a passo, [...], vamos conseguindo atingir alguns objetivos, [...] se as comunidades ciganas estiverem bem, penso que a cidade também estará.

“ Acredito que nalguns territórios onde existem grupos ativos, muita coisa está a ser feita, como participação política. de estarem presente nalguns espaços públicos importantes.

“ Os grupos ativos e os PLICC são boas medidas que se tem vindo a implementar. [...] acredito que [...] são uma das formas que estimulam a participação ativa das comunidades ciganas.

muitas das vezes é prejudicial. A energia começa muitas vezes a escassear e claro os mediadores aqui são super importantes porque são eles que colocam combustível para que os grupos ativos comunitários possam de alguma forma resistir aos tempos que passámos e que aí vêm, mas acredito que os grupos ativos comunitários são uma das formas que estimulam a participação ativa das comunidades ciganas, com todos os seus obstáculos, mas eu creio que a nível nacional funcionou e descobrimos imensas pessoas que estavam no anonimato e que hoje estão a contribuir para todo este processo da inclusão das comunidades ciganas da luta do ativismo. E mesmo alguns estudantes que estão hoje no programa OPRE no ensino superior vieram dos grupos ativos comunitários e estão a concretizar os seus sonhos. Portanto, acredito participar acho que é um dos trunfos para nós conseguirmos também os nossos objetivos, participar, participar e participar para sempre.

“ **Descobrimos imensas pessoas que estavam no anonimato e que hoje estão a contribuir para todo este processo da inclusão [...].**

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!



Olga Brás, Município da Figueira da Foz

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Caracterização pessoal do/a entrevistado/a. Nome, idade, nível de escolaridade, profissão/cargo desempenhado e tipo de ligação ao PLICC do município onde trabalha.

46

Olga Brás (OB): Olga Fernanda Pedrosa Brás, 54 anos, Vereadora do Pelouro de Ação Social responsável pela implementação do PLICC.

ObCig: Identificação do município e do departamento/serviço/unidade orgânica responsável pelo PLICC em perspetiva.

OB: Município da Figueira da Foz, Divisão de Educação e Assuntos Sociais.

ObCig: Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC). Quando é que o PLICC do município onde trabalha foi concebido? E em que fase é que o mesmo se encontra atualmente?

OB: O Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC) surge na sequência da manifestação de interesse apresentada pelo Município, junto do Alto Comissariado para as Migrações, IP, tendo sido seleccionado para integrar

“ [PLICC] instrumento que pretende promover a intervenção local e a participação democrática das comunidades ciganas, fomentando parcerias para desenhar estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária.

a fase-piloto do Projeto “*Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas – PLICC*”, coordenado pelo referido Instituto e financiado pelo Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020).

Este projeto teve a duração de 12 meses, com início a 01 de maio de 2018 e conclusão a 30 de abril de 2019, e permitiu ao Município da Figueira da Foz a elaboração do [Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas da Figueira da Foz \(2019-2022\)](#), instrumento que pretende promover a intervenção local e a participação democrática das comunidades ciganas, fomentando parcerias para desenhar estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária.

Apesar das ações contempladas no PLICC da Figueira da Foz terem como perspetiva decorrerem entre os anos de 2019 e 2022, atendendo ao contexto pandémico vivido nos últimos dois anos, a implementação das ações contempladas neste documento estratégico sofreram um considerável atraso na sua implementação pelo que, algumas dessas ações, ou passarão a constar num próximo PLICC a elaborar, ou a vigência do atual PLICC terá de ser prolongada para além do ano de 2022.

ObCig: Como surgiu o interesse pela conceção e implementação do PLICC?

OB: Ao longo dos últimos anos, o Município da Figueira da Foz tem vindo a desenvolver um trabalho de proximidade com as comunidades ciganas residentes no Concelho e, mais concretamente, com as duas associações ciganas existentes: a Ribaltambição e as Letras Nómadas e ainda com o Grupo Ativo Cigano. No entanto, e apesar da proximidade institucional faltava a criação de um instrumento de trabalho partilhado e consensualizado que procedesse ao diagnóstico da realidade local e definisse prioridades de intervenção, de forma a unir esforços no combate às desigualdades e assimetrias identificadas. Assim, e na sequência do desafio lançado pelo Alto Comissariado para as Migrações, IP, no dia 23 de novembro de 2019, foi assinado um Protocolo de Colaboração entre este Instituto e o Município da Figueira da Foz, o qual permitiu a elaboração de um Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC), cujos principais objetivos assentam na promoção da intervenção local e na participação democrática das comunidades ciganas.

ObCig: Quais são os principais objetivos e quais as iniciativas e atividades desenvolvidas no âmbito do mesmo?

OB: O PLICC da Figueira da Foz (2019 – 2022), estruturou-se em torno de **6 objetivos estratégicos:**

- Promover **uma** cidadania inclusiva e de não discriminação;
- Promover a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas;
- Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas;
- Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional;

“ ... o Município da Figueira da Foz tem vindo a desenvolver um trabalho de proximidade com as comunidades ciganas residentes no Concelho e, mais concretamente, com as duas associações ciganas existentes: a Ribaltambição e as Letras Nómadas e ainda com o Grupo Ativo Cigano.

- Garantir as condições de acesso para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas;
- Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas.

Trata-se de um documento constituído por 39 Medidas distribuídas por **seis Eixos de Intervenção onde já foram desenvolvidas um conjunto de atividades por eixo:**

1. Cidadania inclusiva e de não discriminação:

- Dinamização de um canal televisivo – Roma TV;
- Formação de mediadores interculturais;
- Envolvimento das Associações ciganas na participação da Semana da Igualdade, iniciativa promovida, anualmente, pelo Município.
- Visitas a instituições públicas (ex: biblioteca, bombeiros, Museus...)
- Comemoração do Dia Internacional Cigano (08 de abril)
- Dinamização de várias Academias Políticas Ciganas como espaços de debate e partilha de ideias.

2. Igualdade de Género

- Sessões de desenvolvimento pessoal, social e profissional das mulheres ciganas (e outras comunidades);
- *Romi Models* – Sessões de divulgação de modelos de referência de mulheres ciganas;
- Sessões de informação/sensibilização sobre violência doméstica;
- Adesão ao Projeto Relações in: Igualdade no Namoro – Manual de Educação de Pares para a Erradicação da Violência no Namoro.

3. Educação

- Ação de formação certificada para professores, educadores e outros agentes educativos sobre a história e cultura cigana;
- Ações de sensibilização para os/as alunos/as no recinto escolar sobre a história e cultura cigana;
- Roma Models – Ação de sensibilização destinada a crianças/jovens ciganas.

4. Educação e Formação

- Campanha de divulgação de boas práticas/experiências positivas de integração profissional;
- Acompanhamento das pessoas inseridas nas medidas ativas de emprego através da figura do tutor;
- Ações de sensibilização dirigidas às entidades empregadoras e ao público em geral (divulgando boas experiências e de integração profissional).
- Integração de elementos da comunidade cigana, através de medidas ativas de emprego, nos serviços camarários.
- Ação de formação dirigida a profissionais da área social e proteção de crianças e jovens sobre história e cultura cigana.
- Ações de empreendedorismo (ex: artesanato e autoemprego).

5. Habitação

- Ações de sensibilização para o uso correto de espaços comuns nos diferentes bairros sociais do Concelho;
- Envolvimento da população cigana em ações de recuperação de equipamentos públicos, limpeza de espaços comuns, pintura de edifícios como forma de preservar o bem comum que é o bairro social onde habitam;
- Identificação de potenciais líderes para a criação de uma futura Associação de Moradores.

6. Saúde

- Realização de ações de formação dirigidas à comunidade cigana (higiene oral; dependências; planeamento familiar; alimentação saudável; vacinação e automedicação);
- Divulgação do Programa Figueira a sorrir; Figueira Abem e cheque dentista;

- Promoção de formações sobre interculturalidade e especificidades culturais (comunidade cigana, refugiados, migrantes).

ObCig: Quem são e como é que os parceiros foram/são envolvidos nas etapas de conceção (diagnóstico e planeamento), implementação, monitorização e avaliação do PLICC?

OB: O PLICC da Figueira da Foz tem como objetivo principal contribuir para a integração das comunidades ciganas do Município, através de uma estratégia local, participada e de proximidade entre estas comunidades e a sociedade maioritária.

A etapa de conceção do PLICC assentou numa abordagem *bottom-up*:

- ✓ Num diagnóstico participativo local, que procurou identificar as entidades (públicas, privadas e da sociedade civil) que intervêm no Município e as respetivas áreas de atuação e serviços prestados, bem como os/as pontos focais chave, em particular representantes das comunidades ciganas residentes no Município da Figueira da Foz, a partir dos/as quais devem ser desenhadas respostas integradas e eficazes em matéria de integração das comunidades ciganas e valorização da diversidade. O PLICC da Figueira da Foz contou, igualmente, com a colaboração do Núcleo de Coimbra da EAPN, entidade que através de estudos e projetos vários, detém conhecimento sobre a Comunidade Cigana em Portugal, e, ainda, com a colaboração do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas do ACM, IP.

Assentou ainda na caracterização da população cigana com recurso a diferentes fontes de informação:

- ✓ análise estatística
- ✓ análise documental
- ✓ Focus Group

1.º Momento: (20/02/2019) - Caracterização da população cigana com recurso a diferentes fontes de informação: análise estatística, análise documental e Focus Group.

Os/as representantes da comunidade cigana foram convidados/as a refletir sobre as seguintes questões:

- ✓ O que mais valorizo na minha comunidade
- ✓ O que menos gosto/valorizo a minha comunidade
- ✓ Quais os problemas que mais afetam a minha comunidade
- ✓ O que faria para minimizar ou eliminar esses problemas

Foram convidados a participar no **Focus Group – Parceiros estratégicos:**

- ✓ Dirigentes Políticos (Presidente da Assembleia Municipal, Vereador com o Pelouro de Ação Social do Município da Figueira da Foz, Presidentes das Juntas de Freguesia e dirigentes associativos);

“ O PLICC da Figueira da Foz tem como objetivo principal contribuir para a integração das comunidades ciganas do Município, através de uma estratégia local, participada e de proximidade entre estas comunidades e a sociedade maioritária.

- ✓ Parceiros do Fórum Municipal para a Inclusão
- ✓ Projetos Escolhas

Os parceiros estratégicos foram convidados a refletir sobre:

- ✓ O(s) problema(s)/necessidade(s) que mais afeta(m) as comunidades ciganas na Figueira da Foz, os quais foram posteriormente afixados e agrupados por área. Seguiu-se a sua apresentação, a identificação de outros problemas relacionados e o levantamento de algumas propostas para constar no PLICC.

2.º Momento: (20/02/2019) – Período da Tarde - Focus Group para definição dos Objetivos Operacionais e Estratégicos

Nesta sessão, adotou-se a metodologia do *World Caffé*, que consiste na passagem de todos os elementos (representantes das comunidades ciganas, parceiros estratégicos e decisores políticos) pelos diferentes grupos de trabalho:

- ✓ **Grupo 1.** Cidadania inclusiva e de não discriminação e Igualdade de Género
- ✓ **Grupo 2.** Educação
- ✓ **Grupo 3.** Emprego e Formação
- ✓ **Grupo 4.** Habitação
- ✓ **Grupo 5.** Saúde

Os participantes transitaram, de 20 em 20 minutos, pelos diferentes grupos.

Cada dinamizador/a apresentou os problemas identificados na sessão anterior e preencheu o quadro da dimensão estratégica e operacional.

Com base nas áreas/eixos definidos em linha de conta com os objetivos estratégicos e operacionais da ENICC, o PLICC da Figueira da Foz (2019 – 2022) estruturou-se em torno de **6 objetivos estratégicos**.

Deste trabalho, resultou o PLICC da Figueira da Foz, documento constituído por 39 Medidas distribuídas por **seis Eixos de Intervenção**:

1. Cidadania inclusiva e de não discriminação
2. Igualdade de Género
3. Educação
4. Emprego e Formação
5. Habitação
6. Saúde.

Para monitorizar a implementação do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas tem-se procurado atuar em dois níveis distintos, por um lado medindo os resultados tangíveis específicos de cada medida executada recorrendo, para tal, ao conjunto de indicadores definidos para avaliar cada ação e sistematizados na dimensão operacional do referido documento, e simultâneo, adotar um procedimento de avaliação mais abrangente, que monitorize a ação do Município e dos *stakeholders* locais o qual tem permitido aferir o impacto do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas no território do Município da Figueira da Foz.

“ Com base nas áreas/eixos definidos em linha de conta com os objetivos estratégicos e operacionais da ENICC, o PLICC da Figueira da Foz (2019 – 2022) estruturou-se em torno de 6 objetivos estratégicos. Deste trabalho, resultou o PLICC da Figueira da Foz, documento constituído por 39 Medidas distribuídas por seis Eixos de Intervenção

ObCig: Existe alguma rede ou plataforma responsável pelo acompanhamento do PLICC no Território? Se sim, como funciona?

OB: Para a prossecução dos objetivos, e em linha com as áreas definidas ao nível da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), foi mobilizada uma plataforma já existente, o Fórum Municipal Cidadania e Igualdade (FMCI) que surge na sequência da implementação do Projeto “*Caminhos de Igualdade*”, que decorreu de uma candidatura à Medida 7.2 – Planos de Igualdade do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

As tarefas de monitorização e avaliação do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas serão realizadas pela sobredita plataforma, a qual tem por objetivo integrar, de forma transversal, a perspetiva da igualdade na prática diária dos serviços e instituições implantadas no Município da Figueira da Foz. Em articulação com os restantes grupos de trabalho da Rede Social, o FMCI tem procurado estar atento às questões relacionadas com a cidadania, igualdade e não discriminação atuando em domínios como a igualdade de género, violência doméstica, tráfico de seres humanos, migrações, minorias étnicas, entre outras.

Compete a este órgão efetuar reporte das ações desenvolvidas no âmbito dos objetivos e medidas propostos, bem como o balanço de novos desafios, recursos, oportunidades ou ameaças que possam implicar a revisão das estratégias concertadas pelos parceiros envolvidos na elaboração do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas da Figueira da Foz.

Pretende-se que no final do Projeto seja elaborado um Relatório de Avaliação Final do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas, apresentado e aprovado em sede de Conselho Local de Ação Social. Este documento de Avaliação Final irá integrar um balanço acerca da realização das medidas propostas e do seu impacto ao nível do território em apreço. Esta avaliação global do Plano, será comparada com uma análise do novo panorama local no que concerne à integração das comunidades ciganas avaliando-se a necessidade de desenvolvimento de estratégias específicas que visem a participação de todas as pessoas de forma igualitária no Município da Figueira da Foz.

ObCig: Em função dos principais resultados e impactos conseguidos, até ao momento, no território, na sua opinião, qual é a pertinência da existência de um PLICC nos territórios?

OB: Os municípios desempenham um papel preponderante na adoção de projetos e programas locais ajustados às diversidades e singularidades dos cidadãos/ãs, sendo indispensável, a adoção de políticas de proximidade que reabilitem outras formas de envolvimento entre os principais *stakeholders* locais.

“ Esta avaliação global do Plano, será comparada com uma análise do novo panorama local no que concerne à integração das comunidades ciganas avaliando-se a necessidade de desenvolvimento de estratégias específicas que visem a participação de todas as pessoas de forma igualitária no Município da Figueira da Foz.

“ O PLICC pretende substanciar-se numa articulação de políticas públicas que visam corrigir problemas e desigualdades sociais, [...] para melhorar a situação da comunidade cigana e o seu acesso aos serviços públicos, devendo este ser um processo assente num modelo participativo.

O PLICC pretende consubstanciar-se numa articulação de políticas públicas que visam corrigir problemas e desigualdades sociais, através da realização de um estudo diagnóstico e do estabelecimento de medidas específicas que incluam metas a curto e médio prazo para melhorar a situação da comunidade cigana e o seu acesso aos serviços públicos, devendo este ser um processo assente num modelo participativo.

Este Plano, enquadra-se no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 17 de abril, e revista pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018 que alarga a vigência da Estratégia até 2022, introduz uma maior operacionalização dos objetivos e das medidas propostas e, concomitantemente, reforça o papel central das políticas locais na integração das populações ciganas mais vulneráveis.

O Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas da Figueira da Foz (2019-2022) permitiu desencadear estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a população em geral, bem como promover uma intervenção local participada e integrada com vista a contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno das comunidades ciganas a nível local.

Trata-se de um documento transversal, alinhado com os vários documentos elaborados no âmbito da Rede Social, mobilizador das estruturas de parceiros existentes, como o FMCI e a Rede Social e para o qual foi determinante o grande envolvimento dos decisores políticos, dirigentes, representantes das entidades públicas e privadas locais que intervêm ou interagem com a comunidade cigana, bem como das comunidades ciganas locais.

Tendo por base os dados recolhidos, as comunidades ciganas que vivem na Figueira da Foz são um grupo bastante heterogéneo, sendo que a grande maioria ainda se encontra numa situação de vulnerabilidade, com baixos níveis de escolarização e formação profissional que se repercutem nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e na grande dependência das medidas de política social, como o RSI e a habitação social.

“ O [PLICC] da Figueira da Foz (2019-2022) permitiu desencadear estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a população em geral, bem como promover uma intervenção local participada e integrada com vista a contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno das comunidades ciganas a nível local.

Contudo, há mudanças sociais em curso e verifica-se uma crescente participação da comunidade cigana em todas as esferas da vida social, em consequência de um aumento dos níveis de escolarização e formação profissional, fatores fundamentais e que condicionam fortemente outras áreas da sociedade, como o acesso ao mercado de trabalho.

Assim, e através de um modelo de governação integrada, prevê-se a execução de 39 medidas numa lógica de articulação entre todos os parceiros e na mobilização da participação das comunidades ciganas, sempre sustentados na ideia de que é no envolvimento de todos que se faz a integração.

ObCig: Conhecimento local. Tendo em conta a sua experiência, quais são as principais necessidades sentidas pelas pessoas ciganas no município onde trabalha, principalmente no que diz respeito a áreas como a Educação, a Habitação, a Saúde e o Trabalho?

OB: As principais necessidades sentidas pelas pessoas ciganas do município da Figueira da Foz são as seguintes:

Educação

- Perceção da resistência de algumas escolas em permitirem a intervenção de Associações Ciganas, nomeadamente na formação de pessoal docente e não docente relativamente à história e cultura cigana e ainda a dinamização de atividades que possibilitem estreitar laços entre os alunos ciganos e restante comunidade escolar;
- Integração de conteúdos relativos à história e cultura cigana nos planos curriculares dos diferentes anos letivos;
- Possibilidade de encaminhar os jovens para uma vertente profissional mais precocemente e não apenas à chegada no Ensino Secundário;
- Abertura de linhas de financiamento que possibilitem às escolas poderem contratar diretamente um/a mediador/cigano/a;

“ ... as comunidades ciganas que vivem na Figueira da Foz são um grupo bastante heterogéneo, sendo que a grande maioria ainda se encontra numa situação de vulnerabilidade, com baixos níveis de escolarização e formação profissional que se repercutem nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e na grande dependência das medidas de política social, como o RSI e a habitação social.

- Manutenção e, se possível, reforço do Plano de Ação de combate ao abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino da CIM-RC;
- Criação de respostas formativas e académicas menos rígidas e formais, à semelhança dos antigos Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF);
- Realização de Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) descentralizados, podendo funcionar nos bairros sociais, ou locais com uma maior incidência de população cigana garantindo, desta forma, uma maior proximidade a quem queira aumentar o seu grau de escolaridade ou fazer uma reconversão profissional;
- Contratação de assistentes operacionais de etnia cigana para colocação nos jardins de infância e restantes estabelecimentos de ensino da rede pública;
- Dotar as bibliotecas de livros e materiais escolares que permitam trabalhar temas como o racismo, xenofobia, intolerância e difundir a existência desses materiais junto de toda a comunidade escolar.

Habitação

- A concentração de várias famílias ciganas num mesmo bairro social leva à guetização dessas pessoas, não existindo nesses espaços modelos positivos de referência que contribuam para o encorajamento e empowerment dos jovens, numa tentativa de romper com os padrões de analfabetismo, marginalização e de exclusão social;
- Criação de quotas étnico-raciais no acesso à habitação;
- Criação de bolsas de habitação pública disponível em prédios públicos e privados para arrendamento em cada quarteirão, através de incentivos fiscais, expropriação, compra e reabilitação de casas nos centros das cidades e vilas;
- Realização de audições com as famílias e com as comunidades, transparência e participação durante todo o processo de realojamento, designadamente através da criação de um pequeno grupo/comissão designada pelos moradores;
- Melhoria das condições estruturais, equipamentos, transportes e acesso aos bairros de habitação pública por forma a que estes sejam progressivamente integrados na malha urbana;
- Mobilizar e apoiar os Municípios para a implementação do Programa 1.º Direito, enquanto instrumento de apoio financeiro enquadrado pelos princípios de participação e de integração social dos destinatários finais para acesso a uma habitação condigna;
- Promoção de medidas de arrendamento acessível a grupos que vivem em precariedade habitacional, constituindo-se como fiadores, atribuindo incentivos fiscais aos senhorios, reabilitando devolutos e procedendo a arrendamento direto;
- Desburocratização e facilitar o acesso à informação e aos concursos públicos nacionais de habitação promovidos pelo IHRU, através da criação de gabinetes locais que ajudem a descodificar e que diminuam as burocracias ou da criação de plataformas digitais de utilização fácil e intuitiva;
- Existência de certas práticas ilícitas, sobretudo em alguns bairros sociais, que muitas vezes geram conflitos familiares e intervenções policiais, o que cria um clima de insegurança e medo por parte das famílias não ciganas levando-as, na maioria das vezes, a terem de abandonar o bairro e procurar nova habitação;

“ ... há mudanças sociais em curso e verifica-se uma crescente participação da comunidade cigana em todas as esferas da vida social, em consequência de um aumento dos níveis de escolarização e formação profissional, fatores fundamentais e que condicionam fortemente outras áreas da sociedade, como o acesso ao mercado de trabalho.

- Descentralização de um gabinete técnico da Empresa Municipal de Habitação Social - Figueira Domus nos bairros mais afastados da zona urbana;
- A rede de transportes coletivos é insuficiente e desajustada às necessidades da população concentrando-se as carreiras no início e fim do dia, de forma a garantir o acesso e regresso a casa das populações demonstrando-se, no entanto insuficiente ao longo do dia e aos fins e semana e feriados;
- Pontos de reciclagem e contentores do lixo insuficientes sendo premente a criação de contentores subterrâneos;
- Recolha do lixo com periodicidade insuficiente devendo haver mais pontos de recolha de lixo dentro dos bairros sociais;
- Necessidade de limpeza das florestas e campos envolventes de alguns bairros sociais periféricos que se encontram ao abandono;
- Junto a alguns bairros sociais, sítios nas freguesias rurais, verifica-se a inexistência de equipamentos desportivos e os existentes estão abandonados;
- Fraca iluminação pública, dentro e fora de alguns bairros sociais;
- Cobertura insuficiente por parte das várias redes móveis e de internet.

Saúde

- Alguns bairros sociais não têm acesso a equipamentos de saúde como Centros de Saúde ou farmácias, uma vez que estes distam a vários kms dos locais onde residem estas famílias e a rede de transporte coletivo é insuficiente;
- Importância da realização de rastreios vários nos bairros sociais;
- Necessidade de divulgação dos Programas Municipais: Figueira Abem, Figueira a Sorrir, Banco de Recursos Serviço de Transporte Municipal (STM), entre outros.

Trabalho

- Falta de oportunidade de estágios em contexto real de trabalho (maior dificuldade sentida pelas mulheres);
- Necessidade de viver em clandestinidade étnica em contexto laboral;
- Abertura de linhas de financiamento para criação de Gabinetes de Inserção Profissional e Intercultural (GIPSI) itinerantes;
- O Concelho da Figueira da Foz não detém serviço municipal de transportes rodoviários, pelo que o serviço regular de transporte coletivo é assegurado por empresas privadas, quer no interior do Concelho, entre as freguesias, quer na comunicação com concelhos limítrofes e outros municípios/regiões do país.

“ É perceção do Município da Figueira da Foz e restantes parceiros sociais que a COVID-19 veio agravar a fragilidades socioeconómicas já existentes.

ObCig: Em que medida considera que a COVID-19 agravou ou tornou mais visíveis as fragilidades socioeconómicas que já existiam?

OB: É percepção do Município da Figueira da Foz e restantes parceiros sociais que a COVID-19 veio agravar a fragilidades socioeconómicas já existentes, designadamente:

- Perda de rendimento por parte das famílias, sobretudo daquelas que dependiam economicamente das feiras e mercados, dado que estes têm sido setores bastante afetados pela pandemia;
- Maior isolamento das famílias que, dominadas pelo medo de contraírem o vírus, deixaram de frequentar espaços públicos e de conviver com a restante população;
- Com a pandemia e apesar de muitas das famílias ciganas disporem de meios informáticos para que os seus filhos pudessem aceder às aulas online, verificou-se uma enorme dificuldade/resistência em que estes alunos aderissem às novas tecnologias e participassem, diariamente, nas aulas que se encontravam a ser lecionadas.

ObCig: O que é que tem sido feito e o que acha que poderia ser feito para a melhoria da situação e das condições de vida das pessoas e famílias ciganas, principalmente no território em que trabalha?

OB: Proceder à continuação do trabalho desenvolvido, até à data, no Município da Figueira da Foz apresenta-se como a estratégia mais indicada para melhorar a situação e as condições de vida das pessoas e famílias ciganas residentes neste território. A aposta no desenvolvimento do Projeto + *Sastipen*, no âmbito do Programa Bairros Saudáveis, o apoio às duas associações ciganas e Grupo Ativo Cigano existentes na Figueira da Foz, bem como a mobilização desta comunidade na elaboração, desenvolvimento e avaliação do PLICC, constituem a pedra de toque para envolver as comunidades ciganas e a sociedade maioritária na melhoria das condições de vida destas pessoas.

ObCig: Trabalho em parceria: envolvimento paritário local de pessoas ciganas. Como foi/está a ser realizado o envolvimento das comunidades ciganas locais?

OB: O envolvimento das comunidades ciganas residentes no Município da Figueira da Foz tem sido uma premissa presente desde a elaboração do PLICC, à implementação das várias atividades e à avaliação transversal a todo o processo.

“ Proceder à continuação do trabalho desenvolvido, até à data, no Município da Figueira da Foz apresenta-se como a estratégia mais indicada para melhorar a situação e as condições de vida das pessoas e famílias ciganas residentes neste território.

“ O envolvimento das comunidades ciganas residentes no Município da Figueira da Foz tem sido uma premissa presente desde a elaboração do PLICC, à implementação das várias atividades e à avaliação transversal a todo o processo.

Em todo este trabalho as duas Associações Ciganas, Letras Nómadas e a Ribaltambição, e o Grupo Ativo Cigano da Figueira da Foz têm constituído a pedra de toque na mobilização das populações ciganas locais bem como no envolvimento de organismos públicos, associações e instituições de intervenção nacional que, através da indicação de boas práticas identificadas, tem permitido a partilha de conhecimentos e o intercâmbio de experiências.

ObCig: Na sua perspetiva, como estão a funcionar as parcerias com todas as entidades e pessoas envolvidas?

OB: O Município da Figueira da Foz dispõe de uma parceria bastante robusta e que se encontra em funcionamento há 21 anos, o Conselho Local de Ação Social, atualmente, constituído por cerca de 200 parceiros. Pelas relações criadas em duas décadas de trabalho, é neste órgão que, anualmente, são apresentados projetos, discutidos planos e aprovadas candidaturas.

As Letras Nómadas e a Ribaltambição ao fazerem parte deste órgão têm a possibilidade de aceder a um conjunto de informações, recursos e partilha de experiências que podem transmitir à restante população cigana residente, sendo assim veículos de transmissão de conhecimentos e catalisadores do envolvimento de todos os agentes sociais locais.

ObCig: Na sua perspetiva, que importância tem a participação de pessoas ciganas nos processos de planeamento, tomada de decisão, implementação, monitorização e avaliação de projetos e atividades a nível local?

OB: O PLICC da Figueira da Foz ao ter por base uma abordagem de *bottom up* procurou construir os seus alicerces no levantamento das necessidades, constrangimentos e propostas de melhoria identificadas pelas comunidades ciganas locais.

Em todo este processo procurou sempre evitar-se a abordagem *top down* tão comum noutros contextos sociais e políticos, onde muitas vezes as medidas, ações e planos eram construídos pelos decisores políticos, organismos públicos e instituições e não existia o envolvimento da população alvo do Projeto o que conduzia, inevitavelmente, ao fracasso dos mesmos.

Este documento procurou partir da base, dos destinatários finais do Plano que contribuiriam para a elaboração de um documento onde as comunidades ciganas se revissem, identificassem e assumissem um compromisso de colaboração na concretização dos pressupostos aí plasmados.

Grande parte das ações contempladas no PLICC da Figueira da Foz são coordenadas pelas duas associações ciganas existentes, assumindo o Município, grande parte das vezes, uma posição de colaboração na cedência dos recursos

“ Em todo este trabalho as duas Associações Ciganas, Letras Nómadas e a Ribaltambição, e o Grupo Ativo Cigano da Figueira da Foz têm constituído a pedra de toque na mobilização das populações ciganas locais.

“ O PLICC da Figueira da Foz ao ter por base uma abordagem de *bottom up* procurou construir os seus alicerces no levantamento das necessidades, constrangimentos e propostas de melhoria identificadas pelas comunidades ciganas locais.

necessários para a sua implementação sendo estas associações as protagonistas principais na implementação, desenvolvimento e avaliação das diferentes atividades que integram este instrumento de planeamento.

ObCig: E em que medida considera que essa participação é potenciadora de uma cidadania ativa emancipatória de todos os envolvidos neste processo?

OB: A participação deve ser a pedra de toque de todo e qualquer documento estratégico como o PLICC, uma vez que ao dar voz às franjas da população, que muitas vezes vivem afastadas de todo e qualquer processo decisivo, em situações de vulnerabilidade, exclusão e/ou até clandestinidade, permite aferir quais os seus interesses, desejos e ambições e no fundo perceber qual o projeto de vida que perspetivam para si e para as suas famílias.

O envolver as comunidades ciganas na elaboração de um instrumento impactante como o PLICC é conferir o direito a ter voz, a ser escutado, a sua opinião ser tomada em conta e constituir uma mais-valia na construção das linhas orientadoras de intervenção potenciando, assim, o direito ao exercício de uma cidadania ativa, crítica, emancipatória e humanista.

“ **A participação deve ser a pedra de toque de todo e qualquer documento estratégico como o PLICC, uma vez que ao dar voz às franjas da população, que muitas vezes vivem afastadas de todo e qualquer processo decisivo, em situações de vulnerabilidade, exclusão e/ou até clandestinidade, permite aferir quais os seus interesses, desejos e ambições e no fundo perceber qual o projeto de vida que perspetivam para si e para as suas famílias.**

ObCig: O que achou/acha mais desafiador nesta conceção e implementação do PLICC?

OB: O maior desafio na elaboração de um PLICC, é sem dúvida o envolvimento dos vários *stakeholders*, nomeadamente, os parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Figueira da Foz, projetos de intervenção comunitária (Escolhas, CLDS3G...), decisores políticos, associações ciganas locais e cidadãos representativos das várias comunidades ciganas locais, o que impele à criação de uma consciência de missão comum e partilhada, indispensável para alcançar o sucesso desejado e garantir o consenso quanto às tarefas e responsabilidades dos vários parceiros em torno dos objetivos do Plano, consciencializando-os de que só com a colaboração, o esforço e envolvimento de todos a mudança acontece.

ObCig: O que considera que pode e deve ser melhorado?

OB: Apesar de o PLICC da Figueira da Foz se encontrar, ainda, em vigência, durante o ano de 2022 e, como tal, a avaliação final deste Plano não ter sido ainda realizada, existem algumas sugestões a considerar na elaboração do próximo documento:

- ✓ Fomentar a participação de Pastores Evangélicos Ciganos em reuniões e/ou em sessões de grupos focais;
- ✓ Promover um maior envolvimento das várias comunidades ciganas a residir no Município da Figueira da Foz devendo, para o efeito, serem dinamizadas sessões nos locais onde existe uma maior concentração destas pessoas (e.g., nos bairros sociais), recorrendo, para o efeito, ao apoio e conhecimento que os Projetos que aí se encontram a ser desenvolvidos (Projetos Escolhas, CLDS4G e Programa de Respostas Integradas do SICAD) detêm sobre a realidade social dessas comunidades;
- ✓ Maior envolvimento dos vários projetos que intervêm nos diferentes bairros sociais, como estratégia para a recolha de dados (p. ex.: passagem de questionários ou realização de entrevistas a elementos do público-alvo dos diferentes projetos).

“ O maior desafio na elaboração de um PLICC, é sem dúvida o envolvimento dos vários *stakeholders*, [...] o que impele à criação de uma consciência de missão comum e partilhada, indispensável para alcançar o sucesso desejado e garantir o consenso quanto às tarefas e responsabilidades dos vários parceiros em torno dos objetivos do Plano, consciencializando-os de que só com a colaboração, o esforço e envolvimento de todos a mudança acontece.

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!



Ana Umbelino, Município de Torres Vedras

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Caracterização pessoal do/a entrevistado/a. Nome, idade, nível de escolaridade, profissão/cargo desempenhado e tipo de ligação ao PLICC do município onde trabalha.

60

Ana Umbelino (AU): Ana Umbelino, Vice-Presidente do município de Torres Vedras, responsável política pelo desenho, implementação e avaliação do PLICC (Plano Local de Inclusão das Comunidades Ciganas).

“ O PLICC [...] Assentou num processo amplamente participado.

ObCig: Identificação do município e do departamento/serviço/unidade orgânica responsável pelo PLICC em perspetiva.

AU: Divisão de Desenvolvimento Social, Área de Governança, Saúde e Intervenção Social.

ObCig: Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC). Quando é que o PLICC do município onde trabalha foi concebido? E em que fase é que o mesmo se encontra atualmente?

AU: O [PLICC](#) foi concluído e apresentado publicamente em 2015. Assentou num processo amplamente participado que convocou e envolveu *ad initium* as comunidades ciganas, os múltiplos representantes dos serviços públicos sectoriais desconcentrados e os demais parceiros públicos, do sector social e da sociedade civil que compõem o mosaico sociocultural local.

ObCig: Como surgiu o interesse pela conceção e implementação do PLICC?

AU: O interesse pela conceção e implementação do PLICC surge no quadro da participação do município de Torres Vedras no programa Romed 2: Democratic Governance and Roma Community Participation through Mediation, promovido pelo Conselho da Europa. Este programa inaugurou uma nova etapa no relacionamento entre a autarquia e as comunidades ciganas e fez emergir a necessidade de definir uma estratégia de longo prazo capaz de gerar transformação e mudança em áreas determinantes para a garantia das condições de dignidade, participação e auto-realização das pessoas ciganas.

A adesão do município de Torres Vedras ao programa Romed 2 prefigurou a estruturação de uma verdadeira política de inclusão das comunidades ciganas que teve como principal expressão a criação de um grupo activo comunitário, uma plataforma plural, composta por pessoas ciganas. Em resultado dos processos de aproximação e de diálogo estabelecidos entre as comunidades ciganas, os poderes públicos e os demais agentes e actores locais foi reconhecida a importância de se definir direcções materializadas num referencial para a acção, o Plano Local de Inclusão das Comunidades Ciganas. O PLICC traduz um claro compromisso político e avulta como instrumento de planeamento estratégico norteador dos caminhos a trilhar no seio do ecossistema social local. Em linha com a estratégia nacional e conceptualmente fiel ao princípio da governação integrada, o PLICC abrange diversas áreas sectoriais e convoca múltiplas instituições e parceiros na operacionalização e avaliação das acções delineadas.

“ ... necessidade de definir uma estratégia de longo prazo capaz de gerar transformação e mudança em áreas determinantes para a garantia das condições de dignidade, participação e auto-realização das pessoas ciganas.

ObCig: Quais são os principais objetivos e quais as iniciativas e atividades desenvolvidas no âmbito do mesmo?

AU: O PLICC tem como grande finalidade apresentar as prioridades concelhias em matéria de inclusão das comunidades ciganas, traduzidas em atividades concretas, com objetivos definidos, com públicos-alvo determinados e envolvendo as entidades públicas, privadas e do sector social que melhor possam contribuir para maximizar os resultados a atingir.

Agregando 30 objectivos e 27 acções, é composto por 5 grandes áreas de intervenção às quais correspondem diferentes objectivos estratégicos, nomeadamente: eixo transversal (conhecimento das comunidades ciganas, discriminação, educação para a cidadania, história e cultura ciganas, igualdade de género, justiça e segurança, mediação, segurança social); eixo da educação; eixo da habitação; eixo do emprego e formação.

“ [O] programa Romed 2 prefigurou a estruturação de uma verdadeira política de inclusão das comunidades ciganas que teve como principal expressão a criação de um grupo activo comunitário, uma plataforma plural, composta por pessoas ciganas.

A inscrição da educação, formação e aprendizagem ao longo da vida como prioridades estratégicas expressa-se na concretização de diversas acções, de entre as quais pontificam, a criação de tutorias escolares, a implementação de um projecto de mediação escolar, e, no caso dos adultos, a conclusão de cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) B1 e B2, de percursos RVCC e a frequência de formações modulares e de outras acções de capacitação em diversos domínios com especial incidência no aumento da literacia digital. No decurso da implementação do PLICC, o perfil de qualificações académicas das pessoas ciganas, em Torres Vedras, melhorou, registando-se um aumento do número de licenciados e a frequentar o ensino superior e um maior número de jovens no ensino secundário. Um dos estudantes licenciados, o Lúri, integrou a Rede de Modelos Inspiradores promovida pela Agência Nacional Erasmus + participando em inúmeras acções desenvolvidas em escolas, nas quais partilhou a sua história de vida e as suas reflexões pessoais. Complementarmente, sob a égide do PLICC, têm sido desenvolvidos projectos artísticos comunitários que convocam agentes culturais, pessoas ciganas e da sociedade maioritárias promovendo uma maior democracia cultural. Através da mobilização de diversas práticas artísticas, projectos transdisciplinares nos domínios da fotografia; cinema de animação; cinema documental, música e dança resgatam, iluminam, interpretam e reinterpretam referentes, símbolos, inscritos na história e na cultura do povo cigano. Todas estas iniciativas têm contribuído para expandir a narrativa sobre a trajectória e o património das comunidades locais, inscrevendo a sua história numa história comum, colectiva. A participação das pessoas ciganas no espaço público tem conhecido, por esta via, um incremento e sido alargada a outras esferas. A recente constituição da associação Sendas e Pontes, presidida por uma pessoa cigana, e envolvendo diversos activistas é disso demonstrativo.

Igualmente merecedor de destaque, é a integração de pessoas ciganas no município como trabalhadores, em funções de assinalável visibilidade e exposição públicas, algo que tem tido uma reverberação muito positiva na desconstrução de preconceitos em relação a esta comunidade, evidenciando que é possível edificar percursos alternativos quando são facultadas oportunidades e patenteando as capacidades de trabalho e o compromisso destes cidadãos e cidadãs, contrariando afirmações falsas e injuriosas de que pretendem viver do assistencialismo público, ou que apenas reclamam direitos. Pretende-se alargar esta experiência a outros contextos e, neste momento, inspirando-nos em exemplos nacionais e europeus, encontramos-nos a desenhar um programa piloto capaz de gerar mais emprego inclusivo. De assinalar que, no quadro de uma candidatura efectuada pela citada associação Sendas e Pontes ao programa nacional Bairros Saudáveis, está em curso a criação de um negócio social promotor de auto-emprego para mulheres ciganas.

“ No decurso da implementação do PLICC, o perfil de qualificações académicas das pessoas ciganas, em Torres Vedras, melhorou.

“ estas iniciativas têm contribuído para expandir a narrativa sobre a trajectória e o património das comunidades locais, inscrevendo a sua história numa história comum, colectiva.

“ Igualmente merecedor de destaque, é a integração de pessoas ciganas no município como trabalhadores, em funções de assinalável visibilidade e exposição públicas.

ObCig: Quem são e como é que os parceiros foram/são envolvidos nas etapas de conceção (diagnóstico e planeamento), implementação, monitorização e avaliação do PLICC?

AU: O Plano Local de Inclusão das Comunidades Ciganas foi, desde o início, discutido e reflectido com os elementos que integravam o grupo activo comunitário, composto por homens e mulheres ciganas e convocou, desde a sua génese, o envolvimento dos elementos que compõem a Rede Social que agrega uma multiplicidade de actores e agentes locais. A sua monitorização está a cargo de um grupo eclético que associa o município, a elementos do grupo activo comunitário, à associação Sendas e Pontes e a uma plêiade de representantes sectoriais da Segurança Social, IEFP-Centro Emprego, Centro Hospitalar do Oeste, Centro de Saúde, PSP, GNR, Centro Qualifica, Agrupamentos de Escolas, e agentes culturais nomeadamente Associação Musicálareira e ATV- Académico de Torres Vedras.

ObCig: Existe alguma rede ou plataforma responsável pelo acompanhamento do PLICC no território? Se sim, como funciona?

AU: Existe uma plataforma, de composição plural, responsável pelo acompanhamento e monitorização do PLICC, à qual o município, sob a égide dos princípios da transparência e accountability, vai comunicando os resultados alcançados, partilha os constrangimentos experimentados e discute formas de superação e de melhoria dos processos. Esta estrutura funciona cumulativamente como comité de monitorização e reflecting team, efectuando uma meta-análise dos caminhos trilhados. O município dispõe internamente de uma estrutura dedicada ao acompanhamento do PLICC coordenada por um elemento da comunidade cigana.

ObCig: Em função dos principais resultados e impactos conseguidos, até ao momento, no território, na sua opinião, qual é a pertinência da existência de um PLICC nos territórios?

AU: Na minha perspectiva, é essencial conceber uma estratégia local de longo prazo que concorra para garantir condições de dignidade e de bem-estar às pessoas ciganas, salvaguardando direitos de cidadania e de participação na vida pública comunitária. Só dessa forma, conseguiremos corrigir situações de desigualdade. Tal reclama a realização de exercícios de planeamento materializados em planos que, na esfera política, consubstanciam compromissos e, na vertente operacional, referenciais para a acção. Esses planos devem ser avaliados e monitorizados por comissões de composição diversa e ter a preocupação de comunicar publicamente, às pessoas comuns, as opções e resultados alcançados, numa linguagem inteligível. A comunicação não deve ser considerada

“ **O município dispõe internamente de uma estrutura dedicada ao acompanhamento do PLICC coordenada por um elemento da comunidade cigana.**

“ **... sem uma estratégia co-construída em diálogo e legitimada politicamente, as acções realizadas, independentemente do seu mérito individual, correm o risco de ser casuísticas.**

“ **O acesso a uma habitação condigna avulta inequivocamente como uma necessidade sentida pelas pessoas ciganas.**

supletiva mas parte inextrincável de todo o processo. Gostaria de vincar que, sem uma estratégia co-construída em diálogo e legitimada politicamente, as acções realizadas, independentemente do seu mérito individual, correm o risco de ser casuísticas, reflectir uma visão parcial e uma abordagem atomizada aos problemas.

ObCig: Conhecimento local. Tendo em conta a sua experiência, quais são as principais necessidades sentidas pelas pessoas ciganas no município onde trabalha, principalmente no que diz respeito a áreas como a Educação, a Habitação, a Saúde e o Trabalho?

AU: O acesso a uma habitação condigna avulta inequivocamente como uma necessidade sentida pelas pessoas ciganas. De resto, este constituiu, no passado, o principal motivo de contacto com a câmara municipal por parte destes cidadãos/cidadãs. Em complemento, a elaboração do diagnóstico que informou a construção do Plano Local de Inclusão das Comunidades Ciganas permitiu construir conhecimento contextualizado acerca desta problemática, colhendo, de forma mais aprofundada e sistemática, a perspectiva de quem experimenta, no quotidiano, dificuldades e obstáculos seja por razões de discriminação, seja por motivos de sobrelotação, seja pela relação desproporcionada entre os rendimentos disponíveis e os valores das rendas praticados no mercado privado... A identificação dos problemas e a construção de uma leitura compreensiva sobre os seus determinantes conduziu o município de Torres Vedras a desenhar e a implementar instrumentos promotores de uma política social de problemas de acesso por parte das pessoas ciganas. A aposta na criação de uma bolsa municipal de alojamentos dispersos pelo território, a consignação de fogos em regime de renda apoiada em zonas de reabilitação urbana e a concepção de um programa municipal de apoio ao arrendamento pontificam como medidas que se têm revelado eficazes na resposta às necessidades e que serão amplificadas com a implementação dos planos operacionais integrantes da Estratégia Local de habitação.

Garantir o acesso a uma habitação condigna por parte das pessoas ciganas é fundamental para prover as condições de dignidade e estabilidade que concorrem para a estruturação de percursos de “inclusão”. A opção por concentrar a dita habitação social em zonas periféricas, afastadas dos equipamentos de uso colectivo gera insularidade e fragmentação, compromete a miscigenação e a diversidade e o pleno exercício de direitos por parte das pessoas ciganas.

“ No tocante ao direito ao trabalho, as dificuldades [...] radicam no preconceito que se traduz numa baixa confiança por parte dos empregadores e nas baixas qualificações escolares e profissionais da maioria das pessoas ciganas.

“ A opção por concentrar a dita habitação social em zonas periféricas, afastadas dos equipamentos de uso colectivo gera insularidade e fragmentação, compromete a miscigenação e a diversidade e o pleno exercício de direitos por parte das pessoas ciganas.

No tocante ao direito ao trabalho, as dificuldades sentidas pelas comunidades ciganas ancoradas localmente radicam no preconceito que se traduz numa baixa confiança por parte dos empregadores e nas baixas qualificações escolares e profissionais da maioria das pessoas ciganas. Para mitigar estes problemas estão inscritas, no quadro do PLICC, acções anti-discriminação e anti-ciganismo e de aproximação ao tecido empresarial tradicional e ao sector social (dado o seu peso). Pretende-se que a socialização de jovens ciganos no mundo empresarial comece precocemente e, por isso, através do programa Faz e acontece: experiências vocacionais em contexto laboral, tem-se procurado dirimir distâncias. Em concomitância, a aposta na educação e formação de adultos e na mediação (aumentando a literacia institucional) tem procurado responder ao problema das baixas qualificações.

Em matéria de saúde, foi identificada uma significativa incidência de diabetes, estando em desenvolvimento acções de promoção da literacia em saúde e de hábitos e estilos de vida saudáveis. Para promover uma comunicação mais eficaz entre profissionais de saúde e pessoas ciganas módulos de história e cultura cigana têm sido ministrados.

Temos como certo que a garantia de condições de dignidade, de bem-estar e de participação reclamam uma intervenção multidimensional e multinível.

ObCig: Em que medida considera que a COVID-19 agravou ou tornou mais visíveis as fragilidades socioeconómicas que já existiam?

AU: A covid-19 teve um impacto assinalável num segmento relevante de pessoas ciganas cujos rendimentos provêm da venda em feiras e mercados. Em Torres Vedras, a associação Sendas e Pontes constituiu um veículo fundamental para garantir, através do município, a acessibilidade de muitas pessoas ciganas a apoios de emergência, tais como vales de primeira necessidade. O acesso a equipamentos de protecção individual foi igualmente por esta via facilitado. Em paralelo, no domínio da educação, as tutorias escolares revelaram-se fundamentais para debelar as dificuldades inerentes ao ensino à distância face às dificuldades de muitas famílias apoiarem os seus filhos na escola por deterem baixas qualificações.

“ Temos como certo que a **garantia de condições de dignidade, de bem-estar e de participação reclamam uma intervenção multidimensional e multinível.**

“ ...a associação Sendas e Pontes constituiu um veículo fundamental para garantir, através do município, a **acessibilidade de muitas pessoas ciganas a apoios de emergência, tais como vales de primeira necessidade.**

“ ... no domínio da educação, as tutorias escolares revelaram-se fundamentais para debelar as **dificuldades inerentes ao ensino à distância.**

“ ... importa manter o **investimento público em áreas determinantes para garantir o direito à habitação, à educação, à saúde, à cultura, por parte das pessoas ciganas.**

ObCig: O que é que tem sido feito e o que acha que poderia ser feito para a melhoria da situação e das condições de vida das pessoas e famílias ciganas, principalmente no território em que trabalha?

AU: Vamos prosseguir o trabalho em curso procurando inscrever a inclusão e participação das pessoas ciganas em todas as políticas. Nesse sentido, importa manter o investimento público em áreas determinantes para garantir o direito à habitação, à educação, à saúde, à cultura, por parte das pessoas ciganas. Reconhecendo, neste âmbito, a importância de co-construir uma estratégia de longo prazo, iremos encetar a actualização do diagnóstico e plano local de inclusão das comunidades ciganas, conferindo importância à dimensão de participação dos cidadãos e cidadãs na sua elaboração, à comunicação, à governação social e à avaliação, introduzindo metodologias de avaliação de impacto.

“ **As pessoas ciganas são envolvidas em todas as fases dos processos de decisão que impactam nas suas vidas e instigadas a participar activamente na vida da comunidade.**

ObCig: Trabalho em parceria: envolvimento paritário local de pessoas ciganas. Como foi/está a ser realizado o envolvimento das comunidades ciganas locais?

AU: As pessoas ciganas são envolvidas em todas as fases dos processos de decisão que impactam nas suas vidas e instigadas a participar activamente na vida da comunidade. O município emprega pessoas ciganas que consulta com frequência, mas não dispensa implementar mecanismos de consulta e auscultação mais alargados para reunir um coro polifónico. O grupo activo comunitário e a associação Sendas e Pontes constituem estruturas que o município convoca e escuta com regularidade.

“ **O grupo activo comunitário e a associação Sendas e Pontes constituem estruturas que o município convoca e escuta com regularidade.**

66

ObCig: Na sua perspetiva, como estão a funcionar as parcerias com todas as entidades e pessoas envolvidas?

AU: A governação, assente em parcerias e na cooperação, constitui uma dimensão fundamental da estratégia de longo prazo que temos vindo a construir e permite criar soluções flexíveis e territorializadas que ultrapassam a estandardização de algumas medidas de política pública de carácter nacional. Permitem, por um lado, ultrapassar os obstáculos que constroem o acesso às referidas medidas e, por outro, criar soluções alternativas ajustadas às idiossincrasias locais, através da mutualização de recursos. Diria, por isso, que as parcerias são imprescindíveis para se materializar uma estratégia de inclusão e de participação das pessoas ciganas e que a nossa exigência, no próximo ciclo de planeamento, será concitar um maior envolvimento e implicação do sector empresarial na construção de soluções capazes de gerar emprego de qualidade em áreas deficitárias e estratégicas que beneficiem o território e sejam capazes de gerir a possibilidade de mais pessoas ciganas extraírem do trabalho os rendimentos necessários à sua dignidade e bem-estar.

“ **... a nossa exigência, no próximo ciclo de planeamento, será concitar um maior envolvimento e implicação do sector empresarial na construção de soluções capazes de gerar emprego de qualidade.**

ObCig: Na sua perspetiva, que importância tem a participação de pessoas ciganas nos processos de planeamento, tomada de decisão, implementação, monitorização e avaliação de projetos e atividades a nível local?

AU: A participação de pessoas ciganas nos processos de planeamento, tomada de decisão, implementação, monitorização e avaliação de projetos e atividades a nível local é para nós inegociável por uma questão de princípio e imprescindível para o sucesso de qualquer estratégia de inclusão. A produção de conhecimento, a partilha de reflexões por parte das pessoas ciganas acerca da sua quotidianidade e condição, não são passíveis de serem dispensadas ou desprezadas se pretendemos sedimentar uma leitura compreensiva das suas circunstâncias, dos seus determinantes e de como podemos co-construir soluções que combatam as desigualdades. Os problemas que as pessoas ciganas experimentam no quotidiano consubstanciam desafios para todos os cidadãos e cidadãs mas não podem dispensar a escuta, o diálogo e a participação dos primeiros.

“ ... a constituição do grupo activo comunitário constituiu o primeiro passo para a estruturação de uma cultura de participação que tem convidado as pessoas ciganas a fazer ouvir a sua voz, passando de beneficiários das acções ou medidas de política pública para co-autores de uma estratégia de inclusão.

ObCig: E em que medida considera que essa participação é potenciadora de uma cidadania ativa emancipatória de todos os envolvidos neste processo?

AU: A cidadania exercita-se e a constituição do grupo activo comunitário constituiu o primeiro passo para a estruturação de uma cultura de participação que tem convidado as pessoas ciganas a fazer ouvir a sua voz, passando de beneficiários das acções ou medidas de política pública para co-autores de uma estratégia de inclusão. As externalidades inerentes a estes processos têm tido uma reverberação positiva evidenciada pela constituição, em Torres Vedras, da primeira associação presidida por uma pessoa cigana, pela maior aproximação e envolvimento de pessoas ciganas noutras organizações da sociedade civil, pelo aumento da sua participação política expressa na integração em listas de candidatos às eleições autárquicas que decorreram no ano transacto. Os efeitos não se esgotam no agenciamento das pessoas ciganas mas têm contribuído para transformar positivamente o município, as autarquias e as demais instituições públicas, bem como o tecido associativo melhorando práticas e metodologias de promoção da participação de grupos subrepresentados.

67

ObCig: O que achou/acha mais desafiador nesta conceção e implementação do PLICC?

AU: Considero que manter o compromisso de todos os parceiros envolvidos no processo de implementação e avaliação do PLICC constitui um desafio significativo. A sustentabilidade da rede que suporta modelo de governação do PLICC é particularmente instigante pela diversidade dos parceiros que agrega e convoca. Alimentar um ecossistema criativo capaz de gerar soluções inovadoras é uma condição de exigência.

“ A sustentabilidade da rede que suporta o modelo de governação do PLICC é particularmente instigante pela diversidade dos parceiros que agrega e convoca

ObCig: O que considera que pode e deve ser melhorado?

AU: No próximo exercício de planeamento procuraremos concitar um maior envolvimento do sector empresarial, desenvolver metodologias de participação mais sofisticadas que permitam convocar uma maior participação de crianças, jovens e mulheres ciganas, melhorar a estratégia de comunicação do plano apostando na proximidade e na mediação e aprimorar os dispositivos de avaliação.

ObCig: Muito obrigada pela colaboração!

I) Destaque



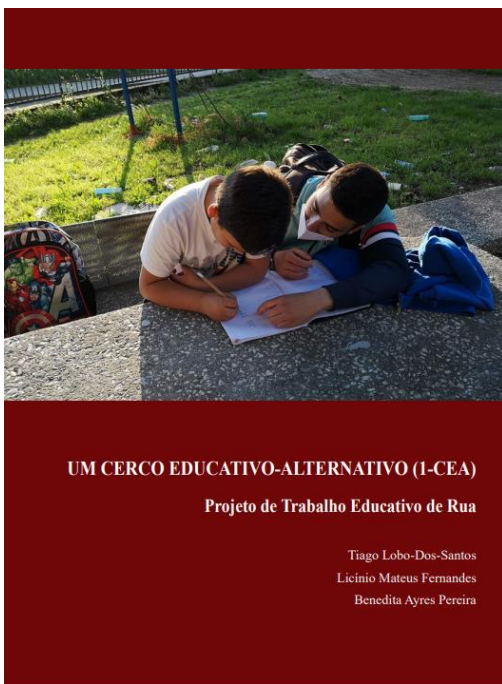
Coleção Projetos e Práticas de Inovação Social

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) convida-o/a a conhecer o primeiro número da Coleção ObCig “Projetos e Práticas de Inovação Social” com o título “Um Cerco Educativo-Alternativo (1-CEA), Projeto de Trabalho Educativo de Rua (Handbook)”, dos autores Tiago Lobo-Dos-Santos, Licínio Mateus Fernandes e Benedita Ayres Pereira.

A Coleção Projetos e Práticas de Inovação Social tem como objetivo dar a conhecer projetos que, pelas suas temáticas, características e resultados, possibilitem uma determinada mudança social em contexto e que, simultaneamente, sejam inspiradores de realidades que apresentem constrangimentos similares, potenciando uma maior humanização dos atores e dos contextos.

69

Aceda à versão digital deste livro em: <https://bit.ly/3Hpz867>



“Conversas com...”: "A Participação Político-Cívica de Pessoas Ciganas"

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) organizou a sexta sessão de "Conversas com..." no dia 31 de março de 2022, das 10h30 às 12h30. Esta sessão foi dedicada ao primeiro número da Coleção Projetos e Práticas de Inovação Social "Um Cerco Educativo-Alternativo (1-CEA). Projeto de Trabalho Educativo de Rua" e contou com a abertura da Sra. Alta Comisária para as Migrações, Sónia Pereira, com a presença dos autores do livro, Tiago Lobo, Licínio Fernandes e Benedita Ayres Pereira, e a moderação da Coordenadora do ObCig, Maria José Casa-Nova. Cerca de 120 pessoas participaram na sessão. Aceda ao cartaz [aqui](#).

On-line

31
março
2022
10H30
12H30

CONVERSAS com...
Um cerco educativo-alternativo (1-CEA)
Projeto de Trabalho Educativo de Rua



Credito da fotografia: foto de capa do livro: Tiago Lobo, Licínio Fernandes e Benedita Ayres Pereira, 2021, Um cerco educativo-alternativo (1-CEA); Projeto de Trabalho Educativo de Rua. Coleção: Projetos e Práticas de Inovação Social, P1, ObCig.

O ciclo de "Conversas com...", organizado pelo Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), visa debater, aberta e multidisciplinarmente, entre investigadores/as, mediadores, dirigentes associativos e estudantes universitários ciganos, um conjunto de problemáticas de interesse transversal e contemporâneo, tendo por base, nomeadamente, as temáticas estudadas nas publicações do ObCig. Estas Conversas, realizadas em formato online, pretendem constituir-se num espaço de interação e reflexão entre diferentes atores sociais, sustentando e enriquecendo discursos e práticas quotidianas.

Diálogo com
Tiago Lobo, Licínio Fernandes e Benedita Ayres Pereira

Mediado por
Maria José Casa-Nova

Inscrições até às **17h** de dia **30 de março**
através do **link** na descrição

Mais informações:
obcig@acm.gov.pt





ObCig Fact Sheets

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) convida-o/a a conhecer o primeiro e o segundo número da Coleção ObCig Fact Sheets. O primeiro com o título “Viver a Escola na Comunidade Cigana”, da autora Ana Certã e, o segundo com o título “O Direito à Diferença” - a aplicabilidade da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais em Portugal”, da autora Petra Moreno.

ObCig Fact Sheets é uma publicação de textos em que são analisadas sumariamente temáticas sobre as comunidades ciganas ou com estas relacionadas. O objetivo é convidar investigadores/as que trabalhem na área das comunidades ciganas para a realização destas Fact Sheets, tendo como fim divulgar publicamente, em tempo útil, alguns dos principais resultados de trabalhos recentes realizados sobre e com estas comunidades.

Poderá no seguinte link ter acesso à versão digital das Fact Sheets: <https://www.obcig.acm.gov.pt/obcig-fact-sheets>



Viver a Escola na Comunidade Cigana

Ana Certã

Doutoranda em Políticas da Administração e Gestão Escolar
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

O presente trabalho pretende evidenciar os fatores preponderantes na relação das famílias de uma comunidade cigana com a escolaridade, sendo o foco do estudo analisar os fatores culturais e étnicos que têm peso significativo nesta relação. Pretende-se, ainda, dar a conhecer a dinâmica organizacional numa escola de 1ºciclo, que tem proporcionado uma transformação nos percursos escolares dos alunos ciganos através da valorização da sua cultura, evidenciando-se aqui algum do trabalho que a escola realiza com estas famílias. A pesquisa foi realizada através de uma metodologia intensiva, com entrevistas a 10 alunos e 5 pais, tendo-se recolhido informação bastante pertinente face ao objeto de estudo. A comunidade e a escola envolvidas nesta pesquisa conseguiram estabelecer uma relação de proximidade e de confiança, através da implementação de vários projetos de combate ao abandono e insucesso escolar, bem como da divulgação e valorização da cultura cigana.

ObCig Fact Sheets 1 dezembro de 2021



“O Direito à Diferença” - a aplicabilidade da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais em Portugal

Petra Moreno

Mestre em Direito Internacional e Europeu
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Os Direitos das Minorias baseiam-se no reconhecimento, por parte dos Estados, de que os grupos minoritários se encontram numa posição mais vulnerável em relação à restante população e visam (tentar) proteger estes grupos de situações de “violência, discriminação e assimilação”. Sendo assim, e de modo a evitar atrocidades do passado, foi criada, no âmbito do Conselho da Europa (CDE), a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais (CQ). A CQ, como o próprio nome indica, foi criada com o intuito de fornecer “disposições programáticas que estabelecem princípios e objetivos que devem guiar os estados signatários na proteção dos grupos minoritários”. Deste modo, esta investigação teve como principal foco Portugal como Estado parte da Convenção. Procurou conhecer quais os mecanismos utilizados para a proteção destes grupos minoritários e verificar se os mesmos vão ao encontro das disposições da Convenção.

ObCig Fact Sheets 2 Janeiro de 2022



II) Associativismo

Associação Costume Colossal



A Associação Costume Colossal está atualmente a desenvolver as seguintes atividades e projetos:

- a dinamizar o programa Roma Educa, no qual são acompanhados 40 estudantes;
- a colaborar com a câmara Municipal de Almada na elaboração do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC);
- a dar início ao projeto “vozes que contam a diferença”, apoiado pelo ACM através do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC);
- a preparar a elaboração de um evento comemorativo no dia 8 de abril de 2022, Dia Internacional da Pessoa Cigana, no Monte de Caparica;
- a dar continuidade ao Projeto “Criando Raízes”, financiado pelo Programa Portugal 2020, que pretende fomentar a integração socioprofissional e o (re)conhecimento das comunidades ciganas residentes no Monte de Caparica e na Trafaria. Estando neste momento a realizar o diagnóstico juntamente das comunidades ciganas;
- a participar em sessões culturais sobre a Etnia cigana.

72





Designação do projeto | Criando Raízes
 Código do projeto | LISBOA-06-4740-FSE-000232
 Objetivo principal| Projeto Inovadores e/ou Experimentais para o Desenvolvimento de Novas Estratégias Locais de Intervenção
 Região de intervenção | Almada
 Entidade beneficiária | Costume Colossal – Associação para a Integração das Comunidades Ciganas
 Data de aprovação | 18-12-2020
 Data de início | 01-05-2021
 Data de conclusão | 31-12-2023
 Custo total elegível | 94 403.86 EUR
 Apoio financeiro da União Europeia | FSE – 47 201.93 EUR
 Apoio financeiro público nacional/regional | 47 201.93 EUR

O Projeto “Criando Raízes” tem por objetivo fomentar a integração socioprofissional e o (re)conhecimento das comunidades ciganas residentes no Monte da Caparica e da Trafaria através do desenvolvimento de atividades que contribuam para combater a exclusão social.




Para mais informações: costumecolossal135@gmail.com

Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP)

No passado dia 25 de março ocorreu a inauguração do espaço-sede da AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, situada na Praceta Gregório Crispim Oliveira, Arrentela. O projeto AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas luta pelo envolvimento de toda a sociedade na igualdade de oportunidades para as mulheres e crianças ciganas. Recentemente adquiridas e qualificadas pela autarquia, as instalações situadas em Arrentela funcionarão como sede da associação e Centro Romi do Seixal. O Centro Romi, nascido no âmbito do projeto Empoderar da AMUCIP, assume-se como um espaço dedicado à oferta gastronómica cigana e ao apoio escolar às crianças, entre outras valências.



Ver a reportagem no seguinte link:

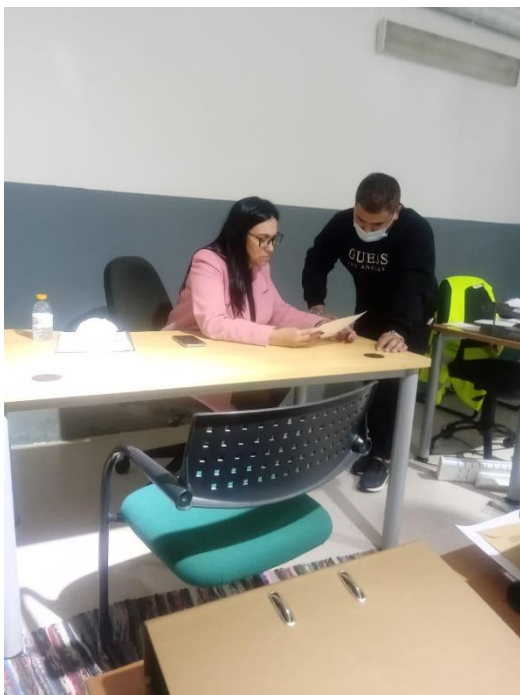
<https://www.youtube.com/watch?v=gZGo4Zy3R-k&t=28s>

Para mais informações: amucip2015@gmail.com

Associação Tearchi

74

A Associação Tearchi informa que está disponível o apoio jurídico da Associação com a Dr. Sandra, todas as sextas-feiras, das 16h até às 18h. Quem necessite de apoio na área jurídica pode deslocar-se até ao espaço da associação e usufruir deste serviço gratuitamente. Em caso de interesse contacte 964050714 ou 214029514.

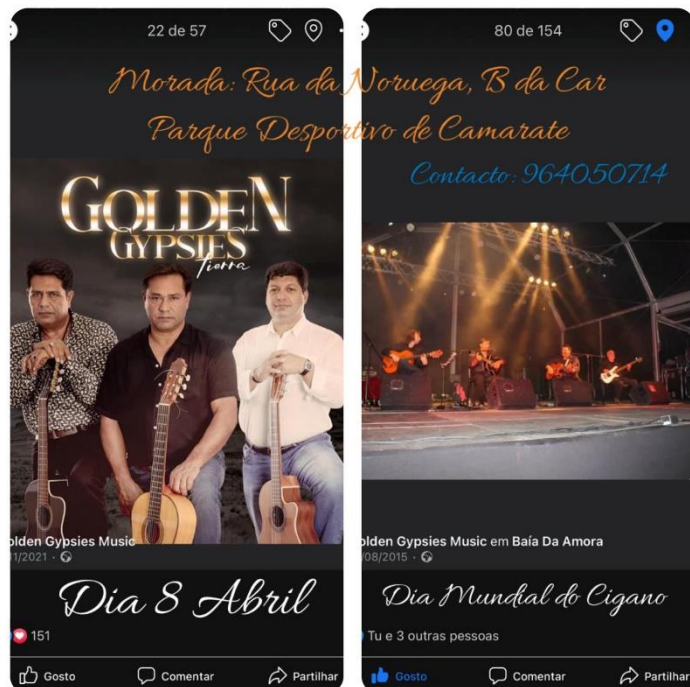


A Associação Techari vai realizar um evento no dia 8 de abril de 2022, Dia Internacional da Pessoa Cigana. O evento contará com um concerto do grupo de música “Os Ciganos D’ouro”, demonstrações de danças e muitas outras surpresas. A associação vai ter 2 porcos no espeto, bebidas e entradas gratuitas para todos.

Hora: A partir das 15h

Local: Rua da Noruega, Bairro da Car, Parque Desportivo de Camarate.

Contacto: 964050714



Para mais informações: associacaotechari2020@hotmail.com

União Romani Portuguesa

Anúncio de recrutamento:

“A União Romani Portuguesa está a RECRUTAR voluntários para fazerem parte do seu tecido associativo! Procuramos jovens com talento em diversas áreas de formação, que estejam a estudar no ensino superior ou que já tenham concluído os seus estudos e procurem uma experiência enriquecedora na área da inovação e justiça sociais.

Terão a oportunidade de colaborar em diversas vertentes do trabalho da nossa associação que tem diversos fins, guiando-se pela melhoria da situação de vida dos portugueses ciganos, pela inclusão e interculturalidade.

Procuramos pessoas inconformistas, que promovam a liderança colaborativa, que queiram aprender mais sobre a situação dos ciganos portugueses e as culturas ciganas, com o intuito de contribuir para a emancipação dos povos ciganos/as através do desenho, implementação e avaliação de projetos de continuidade e/ou iniciativas pontuais. Consideras-te um líder, pronto para troca e diálogos interculturais no sentido de promover o emprego, a saúde, as condições de vida, a escolarização e a inclusão de pessoas ciganas em Portugal. Tens disponibilidade para te juntares a nós com compromisso por um período de no mínimo 9 meses?

Então podes procurar a tua oportunidade!

A colaboração seria preferencialmente presencial, estando a nossa Associação sediada no Porto pelo que envolveria a deslocação semanal à nossa sede (1x por semana, no mínimo, embora sendo isto muito flexível). No entanto, não descartamos a possibilidade de teres uma colaboração diferente, pela via online (à distância), dependendo da situação em concreto.

Se estás interessado/a, pedimos-te elaboração de uma breve carta de motivação (máx. 1 página) ou um vídeo (máx. 4 mins) para uniaoromaniportuguesaporto@gmail.com no qual descreves: (1) qual o teu interesse em colaborar com a Associação; (2) de que forma poderias contribuir; (3) e qual a tua perspetiva sobre os principais desafios enfrentados pelas comunidades ciganas em Portugal.

Se fores selecionado iremos convocar-te para uma breve entrevista e decidirmos sobre a tua colaboração. As vagas são limitadas, por isso, se manifestares interesse, começa já!

União Romani Portuguesa – União de Todos os Ciganos Portugueses”

RECRUTAMENTO



Estás no ensino superior ou já concluíste os teus estudos e procuras uma experiência enriquecedora na área da inovação e justiça sociais?

Promoção da Liderança colaborativa | Inclusão

Diálogo intercultural | Emancipação das comunidades ciganas

CANDIDATURAS

VOLUNTARIADO



Para mais informações: uniaoromaniportuguesaporto@gmail.com

Associação Letras Nómadas

6ª Edição do Programa de Portugueses Ciganos no Ensino Superior (OPRE), com 39 bolseiros no ano letivo 2021/22.



Fotos: 1º Encontro na Figueira Foz

Para mais informações: associacaoletrasnomadascigana@gmail.com

Ribalta Ambição - Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas



O Projeto Brenha + Sastipen, no âmbito do Programa Bairros Saudáveis, é promovido pela Ribaltambição em parceria com o Município da Figueira da Foz, Junta de Freguesia de Alhadadas e Grupo Ativo Comunitário Cigano. Desenvolve-se no Bairro Social de Brenha na Figueira da Foz e surgiu da preocupação da Ribaltambição - Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas, do grupo ativo cigano local e de alguns residentes. Tem como objetivo aumentar a qualidade de vida dos seus residentes, pretende intervir na construção de pontes com as entidades de saúde locais de forma a minimizar o estado de saúde deficiente quer ao nível de fatores de risco, saúde mental que originam uma menor esperança de vida. Através de variadas atividades quer minimizar o efeito do racismo, da pobreza, combater a iliteracia digital e a insegurança, melhorar os espaços do bairro. Propõe

“aproximar” o bairro da cidade, levantar a autoestima dos residentes, apoiar na organização, melhorar as relações e a cooperação entre os residentes e assim melhorar a relação com a comunidade envolvente.



Foto: Atelier de artesanato e costura

Para mais informações: associacaoribaltambicaocigana@gmail.com

III) Projetos

Posto de Assistência Social de Alvarães - Projeto CLDS 4G Viana para tod@s

Atividade: Oficinas Lúdico Pedagógicas:

Sediada no Posto de Assistência Social de Alvarães, a equipa do CLDS 4G Viana para Tod@s, no âmbito da atividade 9 do Plano de Ação da operação POISE-32-2019-17, desenvolve ações de mobilização de crianças para a promoção de estilos de vida saudáveis e para a integração na comunidade, desenvolvendo ações nos domínios da saúde, do desporto, da cultura e da educação para uma cidadania plena.

Uma vez por semana, a equipa desloca-se ao Acampamento das Alminhas – Darque, Viana do Castelo e dinamiza sessões com as crianças, desde jogos tradicionais, expressão artística a ações de sensibilização para boas práticas ambientais, higiene e saúde. A atividade que implicou maior exposição e esforço de trabalho foi o Concurso de Talentos, que envolveu toda a comunidade. Depois de muitos ensaios e espírito de equipa, cada criança apresentou um número, individual ou em grupo, demonstrando o seu talento para o canto ou para a dança.

A apresentação decorreu na Junta de Freguesia de Darque e com direito a júri, na claque ficaram as mães e os pais.

Anteriormente com as crianças, foi elaborada uma lista coletiva dos prémios que gostaríamos de ter caso fossem vencedores: uma visita ao estúdio de gravação do artista Augusto Canário e uma aula experimental de Kayak. Posteriormente ao concurso, os três vencedores realizaram então a visita aos estúdios e os restantes participantes tiveram direito a aula experimental de Kayak.



Projeto Galo@rtis E8G

Projeto: Mediadores Municipais e Interculturais (POISE- 33-2021-02)

A Câmara Municipal de Barcelos, como entidade promotora e tendo como entidades parceiras o Centro Social Cultural e Recreativo Abel Varzim e o Centro Social Paroquial de Arcozelo, dinamiza este projeto através de dois mediadores, uma em Arcozelo e outro em Barqueiros. Abrange uma população cigana atual de 163 pessoas.

A atuação deste projeto visa promover redes e parcerias que sejam capazes de criar pontes e união entre os cidadãos e as instituições, por via da mudança a partir dos elementos que já estão presentes no território, através de atividades de mediação e sensibilização intercultural, promovidas numa rede interinstitucional e intersectorial.

As atividades deste projeto intervêm em diversas áreas: habitação, educação formação e emprego, saúde e cidadania.

Atividades do Projeto: Mediadores Municipais e Interculturais (POISE- 33-2021-02)

Título da Atividade: “Capacitação da equipa e da rede”

Workshops /Sessões de capacitação em mediação, pela associação Letras Nómadas. Esta atividade dirige-se em especial aos mediadores, que são provenientes da comunidade cigana do concelho. Tem como objetivo principal a melhoria da qualidade e a eficácia do seu trabalho e da sua ação, promovendo uma melhor comunicação e cooperação entre a comunidade cigana e as instituições públicas.

Local: Barcelos - fevereiro / março



Projeto: Mediadores Municipais e Interculturais (POISE- 33-2021-02)

Título da Atividade: “Mediação em habitação”

Esta atividade pretende sensibilizar e mediar a relação entre as comunidades ciganas e os senhorios, facilitando o acesso ao mercado de arrendamento privado e melhoramento das condições de habitabilidade. Foi realizado, através dos mediadores, o levantamento de todos os agregados e de toda a documentação para entrega na Câmara Municipal no âmbito do 1º Direito – Habitação.

Foram realizadas ações de sensibilização junto da comunidade para a correta separação dos resíduos.

Data: janeiro / fevereiro / março

Local: Barqueiros/Cristelo – Barcelos



Projeto: Mediadores Municipais e Interculturais (POISE- 33-2021-02)

Título da Atividade: “Mediação em Saúde”

Esta atividade pretende promover a literacia em saúde e valorizar a saúde preventiva. [Promover hábitos de saúde e/ou de vida saudáveis.](#)

Data: janeiro / fevereiro / março

Local: Barqueiros/Cristelo – Barcelos



Projeto: Mediadores Municipais e Interculturais (POISE- 33-2021-02)

Título da Atividade: “Mediação em Parentalidade”

Esta atividade pretende promover a participação ativa dos pais e das mães em contexto escolar. Reforçar o combate ao absentismo e abandono escolares, principalmente no que respeita ao sexo feminino.

Data: fevereiro / março

Local: Cristelo – Barcelos



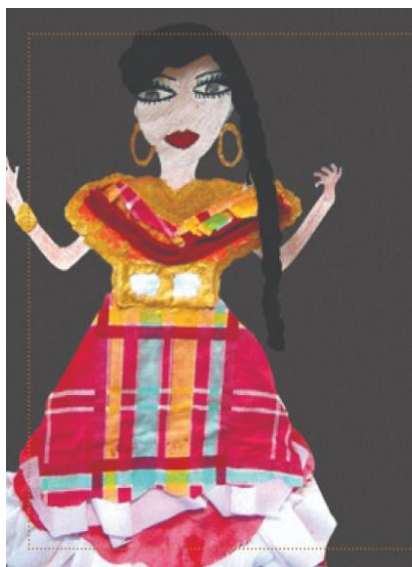
Projeto: Mediadores Municipais e Interculturais (POISE- 33-2021-02)

Título da Atividade: “Mediação em Cidadania Intercultural”

Nesta atividade está prevista a realização de um workshop em Cidadania Intercultural – Internalização de valores e princípios que respeitem a dignidade das pessoas e o conhecimento e outras culturas.

Data: março

Local: Barcelos



CONVITE

O Vereador do Pelouro da Ação Social e Saúde, António Ribeiro, tem a honra de convidar V. Ex^ª para participar no **“Workshop Cidadania Intercultural - Internalização de valores e princípios que respeitem a dignidade das pessoas e o conhecimento de outras culturas”**, que será dinamizado pela Dr^ª Maria José Vicente (Socióloga e Técnica da EAPN Portugal), e se realiza no dia 30/03, pelas 10h00, no Auditório da Biblioteca Municipal.

Nota: Esta ação insere-se no âmbito do Projeto Mediadores Municipais e Interculturais em Barcelos | POISE-03-4233-FSE-000088, aprovado no âmbito do AVISO N.º POISE 33-2021-02



Para mais informações: natalia.galoartis.e8g@gmail.co

Bairros Saudáveis – “Voz à comunidade”

83

A comunidade cigana do Bairro da Salvada, em Beja, recebeu com entusiasmo o novo projeto “A Voz da Comunidade”. O bairro da Salvada, em Beja, recebeu a equipa da Agarrar Exemplos – Associação de Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas, no passado dia 20 de dezembro, com o intuito de dar a conhecer o projeto à comunidade cigana local. “A Voz da Comunidade” é um projeto que foi criado exatamente para isso: dar voz à comunidade cigana do bairro da Salvada em Beja. Previamente foi preciso ouvir a comunidade local aquando da criação deste projeto, estruturado para a intervenção comunitária com foco no combate à pobreza e à exclusão social.



Para mais informações: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/>

EAPN – Semana da Interculturalidade (de 4 a 10 de abril)



A EAPN Portugal tem vindo a desenvolver várias iniciativas no sentido de ativar e mobilizar a comunidade local para o combate à pobreza e exclusão social. As atividades realizadas neste âmbito têm sido bastante diversificadas, contando sempre com uma parceria alargada, fomentando, por um lado, uma maior sensibilização para a importância do combate à pobreza e da exclusão e, por outro lado, um maior incentivo ao trabalho em parceria e à criação de sinergias ao nível local. A interculturalidade, cada vez mais presente na nossa sociedade, exige um conhecimento mais aprofundado das várias culturas e diversidades que integra. É através do conhecimento de outras culturas e dos contactos que temos com essas culturas/diversidades que nos enriquecemos enquanto cidadãos.

Apostar na interculturalidade é acreditar que se pode aprender e enriquecer através do diálogo e da convivência com o outro. Foi neste entendimento que a EAPN Portugal tem vindo a desenvolver desde 2014 a Semana da Interculturalidade, com o intuito de sensibilizar os cidadãos para a necessidade de uma sociedade intercultural que tenha presente os valores da solidariedade; da não discriminação pela aparência, etnia, género ou nacionalidade; da igualdade; do respeito pela diferença e pela diversidade; da partilha e da inclusão, de forma a garantir uma cidadania mais inclusiva e mais igualitária. Em 2022 contamos mais uma vez com o apoio e a parceria do ACM – Alto Comissariado para as Migrações.

Para ver o programa nacional aceder no seguinte link: <https://si2022.eapn.pt/programa-nacional/>

Alguns eventos agendados sobre as comunidades ciganas em particular:

4 de abril: Conferência sobre Comunidade Cigana: “Desconstruir para informar” | Local: Auditório Grijó, Junta de Freguesia Grijó e Sermonde (VNGaia)

4 de abril: Mesa Redonda: "A empregabilidade das comunidades ciganas" | Local: Auditório Municipal de Felgueiras

4 de abril: Visualização e debate do documentário “Drom Kalins” | Local: Vila Pouca de Aguiar

5 de abril: Webinar “Inserção socioprofissional de pessoas de etnia cigana: experiências e estratégias de intervenção” | Local: On-line | Braga e Bragança

5 de abril: Apresentação do livro “O Ciganinho Chico” | Local: Faro

6 de abril: “Estratégias de intervenção social com as comunidades ciganas” | Local: On-Line

Webinar **5 de abril**

Inserção socioprofissional de pessoas de etnia cigana: experiências e estratégias de intervenção

Programa

- 10:00 Referencial histórico “Faro a inclusão no mercado de trabalho das comunidades ciganas”: condições, orientações e estratégias
Maria José Vicente, Socióloga na EAPN Portugal
- 10:45 Uma viagem externa sobre o Referencial: contributos para a reflexão e a intervenção
Marta José Costa-Nova, Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas
- 11:15 Experiência na primeira pessoa
Ângela da Conceição
- 11:35 Paquetê Histórico do Vale Domingos
Mónica Gameiro, Coordenadora do projeto Aldeia Inovação Social, Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos
- 11:55 Debate
- 12:30 Encerramento

INSCRIÇÕES
<https://forms.gle/E8aPJEwXpHyxk6>

INFO
Núcleos Distritais de Braga e de Bragança
braga@eapn.pt | braganca@eapn.pt

si2022.eapn.pt

SEMANA DA INTERCULTURALIDADE
04 - 10 ABRIL 2022

APRESENTAÇÃO DO LIVRO E DEBATE COM O AUTOR

A HISTÓRIA DO CIGANINHO CHICO
Bruno Gonçalves

Biblioteca Municipal de Faro

5 DE ABRIL DE 2022
11H - ALUNOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE FARO
14H30 - DOCENTES E PÚBLICO EM GERAL

Informações: n.faro@eapn.pt - 969965227
Formulário de inscrição: <https://forms.gle/MbNwGC5642mX3H16>

MANDACARU | BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FARO ANTONIO RAMOS ROSA

Para mais informações: <https://si2022.eapn.pt/>

Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADC Moura)

Inquérito aos agregados familiares da comunidade cigana do Concelho de Moura – 2021.

O presente inquérito é parte integrante das actividades do Projecto de Mediadores Municipais e Interculturais de Moura (Área Temática 4 – Participação Cívica e Igualdade), lançado pelo ACM – Alto-Comissariado para as Migrações e tendo como entidade promotora a Câmara Municipal de Moura e entidade beneficiária a ADCMoura – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura, com co-financiamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Portugal 2020, FSE.

Tem como objectivo principal conhecer a situação actual dos agregados familiares da comunidade cigana do concelho de Moura relativamente aos seguintes indicadores: dimensão da população, distribuição por género, idade, locais de pertença, composição do agregado familiar, nível de escolaridade, frequência actual da escola, situação face ao emprego, principal ocupação, fontes de rendimento, saúde, idade das mulheres ao primeiro filho, condições de habitação e acesso e utilização das TIC/Internet.

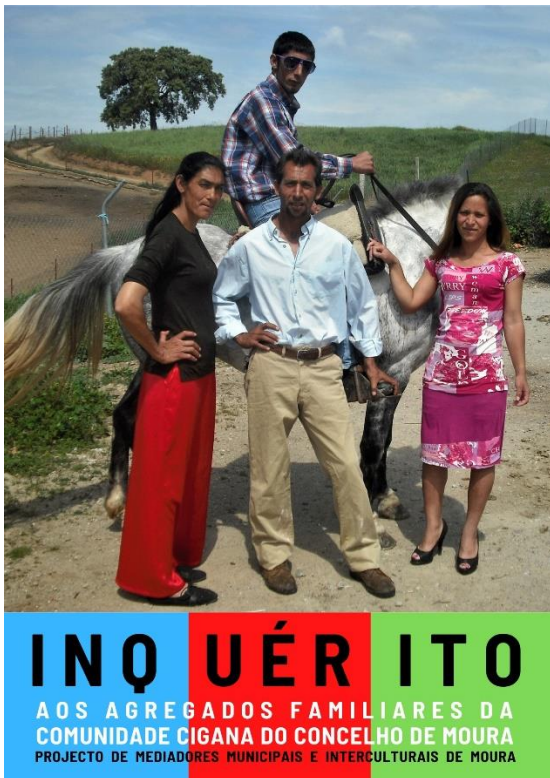
Foram convidados(as) a comentar os resultados apurados especialistas e estudiosos(as) de reconhecido mérito nesta área: Sónia Pereira (Alta-Comissária para as Migrações), Olga Magano (Professora Auxiliar da Universidade Aberta e Investigadora Integrada do CIES_ISCTE), Bruno Gonçalves (Licenciado em Animação Socioeducativa), Isabel Gaivão (Médica de Saúde Pública), Tiago Mota Saraiva (Arquitecto e Urbanista) e Carlos Medinas (Coordenador dos

Serviços de Tecnologias de Informação e Espaços Internet do Município de Reguengos de Monsaraz e Mestre em Relações Interculturais).

Apresentação pública: 24 março 2022.

Ver na íntegra em PDF: formato XXL:

<https://adcmoura.pt/.../uploads/2022/03/INQUERITO2022.pdf>



Para mais informações: adcmoura@adcmoura.pt

IV) Eventos e Relatórios Nacionais e Internacionais



Alto Comissariado para as Migrações, I.P. com o apoio e a colaboração da Câmara Municipal de Torres Vedras
Dia Internacional da Pessoa Cigana
8 de abril de 2022, Torres Vedras



Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
I Encontro dos Projetos Mediadores Municipais e Interculturais do Aviso de Concurso n.º POISE 33-2021-02
21 de janeiro de 2022, formato *online*
Mais informações em: <https://www.acm.gov.pt/-/acm-promove-i-encontro-de-projetos-mediadores-municipais-e-interculturais-aviso-poise-33-2021-02?fbclid=IwAR3jaAEh123mQlg-yDEop7piGOyMd5ttUM2JiBb3A5eECGRFLmYY9s37BDQ>



Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros

Dia Nacional e Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial
21 de março de 2022, Sala Luís Freitas Branco do Centro Cultural de Belém, Lisboa

Mais informações em:

<https://www.acm.gov.pt/-/dia-nacional-e-internacional-pela-eliminacao-da-discriminacao-racial-sessao-portugalcontraoracismo?fbclid=IwAR2EatKsfDGfodYwMFZgADSOUzRPdQPnst4Lh1vgr6w0C9cZPAshYiBa18>



IPPS-Iscte

“Webinar EduCig - Desempenhos Escolares entre os Ciganos: investigação-ação e projeto deco-design”

9 de fevereiro de 2022, formato *online*

Mais informações em:

https://www.youtube.com/watch?v=x_ZuD0uwAZI

CICLO DE PARTILHAS ESCOLARES EDUCIG - DESEMPENHOS ESCOLARES ENTRE OS CIGANOS: INVESTIGAÇÃO-AÇÃO E PROJETO DE CO-DESIGN

ORADORES
 Maria Manuela Mendes (Coordenadora do projeto EduCig)
 Olga Magano (Co-coordenadora do projeto EduCig)
 Israel Paródia (Estudante de Medicina na Nova Medical School)

MODERADORA
 Maria Teresa Vieira (Plano de Apoio às Comunidades Ciganas do Alto-Comissariado para as Migrações)

09 FEV

INSCRIÇÃO
<https://inscricao.webinar.educacao0101.com/inscricao>
 Transmissão ao Vivo via YouTube
https://www.youtube.com/watch?v=x_ZuD0uwAZI

EM PARCERIA COM:
 Associação para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

17h30-19h00

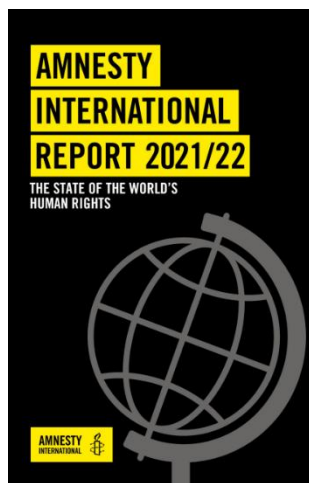


Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Seminário Internacional “Desempenhos Escolares entre os Ciganos. Investigação-ação e projeto de co-design”

18 e 19 de janeiro de 2022, formato *online*

Mais informações em: <https://educigcies.wixsite.com/educig/eventos-realizados>



Amnistia Internacional

Amnesty International Report 2021/22. The state of the world's human rights

Sinopse: “The year 2021 was a year of hope and promises: everyone’s hope that vaccines would stop the devastation caused by the Covid-19 pandemic and promises by governments and groupings like the G7 and G20 to “build back better”. However, this was often merely lip service, with some governments even redoubling their exploitation of the pandemic to trench their own positions. This analysis explores three key trends arising from Amnesty International’s 2021 human rights research in 154 countries: health and inequalities, civic space and Global North pushback on refugees and migrants.”

Data de publicação: 2022

Publicação disponível para consulta em:

<https://www.amnistia.pt/relatorio-2021/>



Caritas Europa

Inclusive Labour Markets. Ensuring no one is left behind. Caritas Cares! European Report 2021

Sinopse: “This report examines the topic of labour market inclusion and is based on a carefully designed questionnaire to collect data, information and analyses from the 18 participating Caritas member organisations and partners: Caritas Austria, Belgium, Cyprus, Czech Republic, Finland, Germany, Italy, Latvia, Luxembourg, Malta, Portugal, Slovakia, Slovenia as well as Social Justice Ireland. The report makes use of Eurostat data collected over the last decade as well as other grey literature. It is also

founded on the experiences of Caritas Europa in the policy field, and on its partnerships with other organisations. This publication is structured in the following way: Section 1 identifies the current challenges in the European labour market with an assessment of the socio-economic context of the labour market pre-COVID-19 pandemic. (...) Section 2 assesses the success of national and EU level policies in addressing the challenges outlined in Section 1, and in improving the inclusiveness of the labour market, looking particularly at the ESF and the European Semester process. Section 3 outlines Caritas’ promising practices geared towards promoting an inclusive labour market across Europe. Finally, Section 4, concludes the report and presents both EU and national level policy recommendations.”

Data de publicação: Fevereiro de 2022

Publicação disponível para consulta em: <https://www.caritas.eu/inclusive-labour-markets/>



THEMATIC FACTSHEET



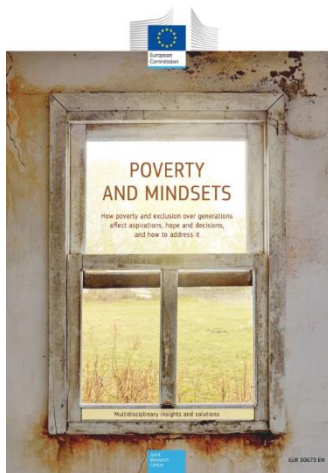
Council of Europe’s Department for the Execution of Judgments of the European Court of Human Rights

Roma and Travellers. Thematic Factsheet

Sinopse: “The present factsheet provides examples of general and individual measures reported by States in the context of the execution of the European Court’s judgments, concerning notably: access to justice, right to respect for private and family life, including issues related to forced sterilisation of Roma women, protection from hate crime and housing rights, protection of property and right to education.”

Data de publicação: Fevereiro de 2022

Publicação disponível para consulta em: <https://rm.coe.int/thematic-factsheet-roma-travellers-eng/1680a551a6>



European Commission

Poverty and Mindsets. How poverty and exclusion over generations affect aspirations, hope and decisions, and how to address it

Sinopse: “This report looks at how being immersed in poverty and social exclusion for a prolonged period may affect how people consider themselves and their future, and how they act in relation to it. Understanding it is important for those who plan and implement social policies addressing poverty because it could increase the effectiveness of their work. (...) The report is divided into two parts: Section I outlines what different research disciplines say about the impact of poverty and exclusion on the mindset (aspirations, decision-making, hope). Section II outlines possible solutions, as indicated by research and field experience. It contains examples of concrete initiatives that have successfully tackled some aspects of the issue.”

Data de publicação: 2021

Publicação disponível para consulta em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3122f644-edcf-11eb-a71c-01aa75ed71a1>



European Roma Grassroots Organisations Network (ERGO Network)

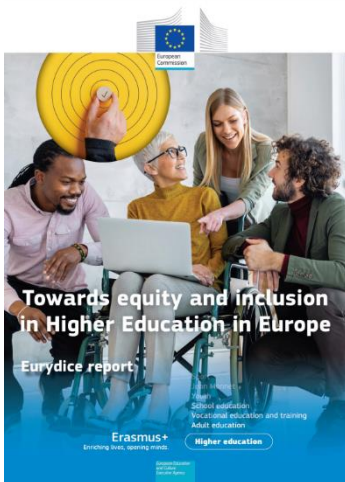
Funding of Bottom-up Approaches: Ways forward to support Roma inclusion

Sinopse: “This report aims to contribute to raising awareness of institutional and private donors in the importance of bottom-up approaches to strengthen Roma inclusion and empowerment. It also reflects on the challenges and discusses improvements to existing funding programmes.” “The study implements a policy analysis approach designed by Eugene Bardach, ‘A Practical Guide for Policy Analysis’. Bardach’s framework provides an analytical approach that is engrained in a problem-solving process to evaluate and provide solutions to social, economic, and policy issues. This methodology offers flexibility and adaptation necessary to address the social topics of Roma inclusion. The purpose of the study is to: analyse programs supporting Roma inclusion that use bottom-up and community development schemes and analyse existing top-down funding programs for Roma inclusion, their benefits, and pitfalls.”

Data de publicação: Dezembro de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://ergonetwork.org/2022/04/report-funding-of-bottom-up-approaches/>



European Education and Culture Executive Agency

Towards equity and inclusion in higher education in Europe. Eurydice report

Sinopse: “This report is the outcome of a feasibility project to develop indicators related to the social dimension in higher education as exemplified in the P&Gs. Its goal is to help the competent authorities to improve equity in higher education, by proposing a number of simple and composite indicators (scoreboards), collecting and presenting the relevant data. Quite simply, in order to strengthen the social dimension in higher education and improve equity, we need first to know where we are now in this respect. In short, the report strives to establish how far the European higher education systems are aligned with the P&Gs in addressing the social dimension. It is hoped that the resulting policy mapping will inform policy makers, relevant stakeholders and analysts about progress already made, as well as the areas that remain a particular challenge.”

Data de publicação: Março de 2022

Publicação disponível para consulta em:

[https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1342&fileName=towards_equity_and_inclusion_in_he_full.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1342&fileName=towards_equity_and_inclusion_in_he_full.pdf)



European Roma Rights Centre (ERRC)

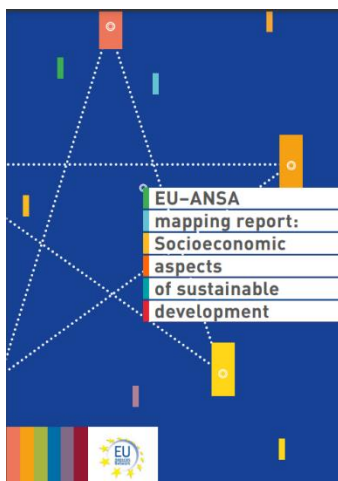
Justice Denied: Roma in the criminal justice system

Sinopse: “Institutional racism is embedded in the criminal justice system and Roma pay the price. Romani defendants face discrimination from police, judges, prosecutors, and often their own lawyers. These four country reports, covering the Czech Republic, Slovakia, Serbia, and North Macedonia, reveal the extent to which pervasive and routine antigypsyism in state and society leads to racially-biased decisions and outcomes for Roma in the criminal justice system.” (...) “Researchers carried out a series of semi-structured interviews conducted with people of Romani origin and professionals working in the criminal justice system in each of the four countries; defence lawyers, prosecutors, judges and police officers.”

Data de publicação: Dezembro de 2021

Publicação disponível para consulta em:

http://www.errc.org/uploads/upload_en/file/5357_file1_justice-denied-roma-in-the-criminal-justice-system.pdf



European Union

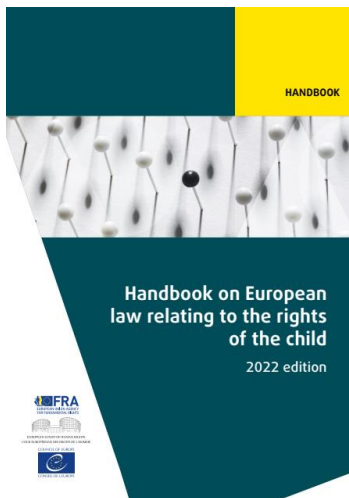
EU-ANSA mapping report: Socioeconomic aspects of sustainable development

Sinopse: “The European Union Agencies Network on Scientific Advice (EU-ANSA) consists of technical and regulatory agencies that provide scientific advice to EU policymakers. This report demonstrates how EU-ANSA member Agencies are addressing the socioeconomic effects of sustainable development. It is based on two surveys conducted among the member Agencies. The survey results show that the most researched areas include the economy, employment, skills and training, gender inequalities, health and safety, social aspects, the role of regulation and social dialogue. The Agencies’ research also addresses various dimensions covered by the European Green Deal.”

Data de publicação: dezembro de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://www.eurofound.europa.eu/publications/other/2022/eu-ansa-mapping-report-socioeconomic-aspects-of-sustainable-development>



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

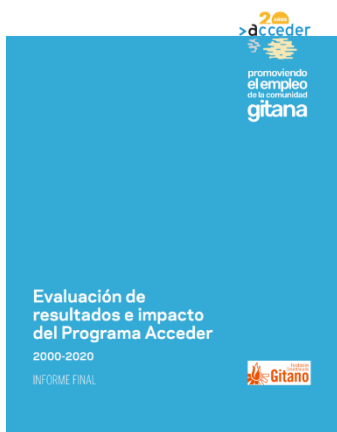
Handbook on European law relating to the rights of the child - 2022 edition

Sinopse: “Children are full-fledged holders of rights. They are beneficiaries of all human and fundamental rights and subjects of special regulations, given their specific characteristics. This handbook aims to illustrate how European law and case law accommodate the specific interests and needs of children. It also considers the importance of parents and guardians or other legal representatives and makes reference, where appropriate, to situations in which rights and responsibilities are most prominently vested in children’s carers. It is a point of reference on both European Union (EU) and Council of Europe (CoE) law related to these subjects, explaining how each issue is regulated under EU law, including the Charter of Fundamental Rights of the European Union, as well as under the European Convention on Human Rights, the European Social Charter and other CoE instruments.”

Data de publicação: 7 de abril de 2022

Publicação disponível para consulta em:

<https://fra.europa.eu/en/publication/2022/handbook-european-law-child-rights>



Fundación Secretariado Gitano (FSG)

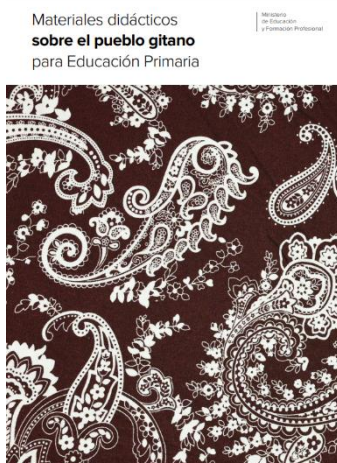
Evaluación de resultados e impacto del programa Acceder 2000-2020. Informe final

Sinopse: “El presente informe de la evaluación de resultados del programa Acceder de Fundación Secretariado Gitano que cubre los 20 primeros años de su implementación, desde el año 2000 hasta el año 2019, ambos incluidos. El propósito de esta evaluación externa, realizada por un equipo independiente de Red2Red, es analizar y valorar los resultados y el impacto logrados y, de este modo, emitir valoraciones globales sobre la utilidad y éxitos del programa Acceder. Esta evaluación externa permitirá obtener aprendizajes para la mejora del programa y contribuirá al proceso de rendición de cuentas de la Fundación.”

Data de publicação: 2021

Publicação disponível para consulta em:

https://www.gitanos.org/centro_documentacion/publicaciones/fichas/135187.html.es?utm_source=boletin_gitanos_org&utm_medium=email&utm_campaign=boletin319&utm_source=Newsletter%20Gitanos.org&utm_medium=Bolet%EDn&utm_campaign=Newsletter%20GITANOS.ORG.%20N%BA%20319&uid=196223



Ministerio de Educación y Formación Profesional

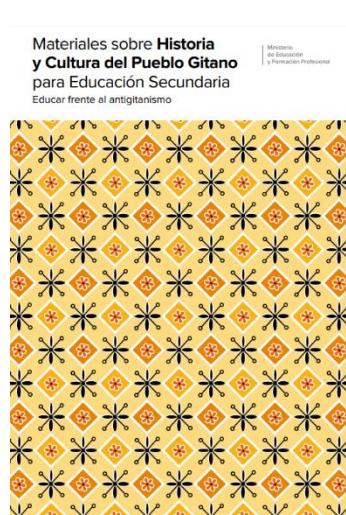
Materiales didácticos sobre el pueblo gitano para Educación Primaria

Sinopse: “El pueblo gitano forma parte de la diversidad española desde hace siglos contribuyendo a la configuración de su realidad sociocultural, y sin embargo, su historia, su cultura y su legado apenas han sido objeto de aprendizaje en las aulas. Siguiendo la línea de anteriores publicaciones del Ministerio de Educación en colaboración con el Grupo de Educación del Consejo Estatal del Pueblo Gitano, el presente material ofrece a la comunidad educativa unos recursos y materiales didácticos que faciliten la incorporación de contenidos de historia y cultura gitana en su labor docente. Consta de tres propuestas ilustradas, prácticas y versátiles de materiales didácticos que abordan de manera especializada contenidos gitanos encuadrándolas en tres asignaturas concretas de primaria: materiales didácticos sobre la Lengua Gitana en la asignatura de Lengua Castellana; materiales didácticos

sobre la Historia del Pueblo Gitano en la asignatura de Ciencias Sociales; y una tercera propuesta que se ha denominado Diversidad Gitana que puede ser desarrollada en la asignatura de Valores Sociales y Cívicos. De esta manera se facilitan recursos para la incorporación de la historia y cultura gitanas en el Currículo Escolar, con la firme creencia de que la escuela ha de ser un escenario primordial para transmitir los valores de convivencia y respeto de una sociedad intercultural.”

Data de publicação: 2021

Publicação disponível para consulta em: <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/materiales-didacticos-sobre-el-pueblo-gitano-para-educacion-primaria/educacion-primaria/24970>

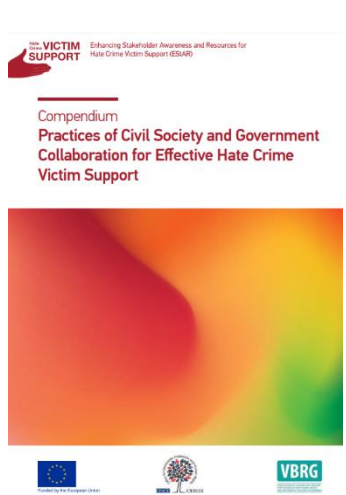


Ministerio de Educación y Formación Profesional
Materiales sobre Historia y Cultura del Pueblo Gitano para Educación Secundaria. Educar frente al antigitanismo

Sinopse: “La presente publicación consta de tres libros: La historia del pueblo gitano de España. Entre el exterminio y la exclusión social, Aportaciones del pueblo gitano a la cultura y las artes, que incluye un amplio anexo de recursos para el aula y Educar frente al antigitanismo. Una inaplazable contribución a la justicia y a la formación integral, El material se completa con una amplia Guía de Recursos web, didácticos y audiovisuales, elaborada por el MEFP a partir de las aportaciones de los autores. El pueblo gitano, tradicionalmente, ha sido objeto de importantes situaciones de persecución, marginación y rechazo que le han colocado en una situación de desventaja, a pesar de los importantes avances en inclusión, igualdad y promoción social de muchos ciudadanos gitanos y gitanas en la actualidad. Poner en el centro el conocimiento serio y objetivo de la historia y cultura gitana debe contribuir a erradicar todo un imaginario de prejuicios y estereotipos que sustentan actitudes de rechazo y exclusión, lo que se entiende por ¿antigitanismo¿ y que condiciona la mirada social ante el alumnado gitano y dificulta su promoción educativa. Este material, junto con otros anteriores sobre educación y pueblo gitano, que viene publicando el Ministerio de Educación y Formación profesional, surge por iniciativa del Grupo de Educación del Consejo Estatal del Pueblo Gitano, en el que se hallan representadas distintas entidades del movimiento asociativo gitano junto con el propio Ministerio. Se ha optado por ofrecer a la comunidad educativa unos materiales versátiles, útiles y prácticos que el docente pueda integrar en distintas materias incluyendo la historia y cultura gitana de forma transversal y ajustándola a sus propias programaciones teniendo como eje fundamental una necesaria educación frente al antigitanismo.”

Data de publicação: 2021

Publicação disponível para consulta em: <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/d/25684/19/0>

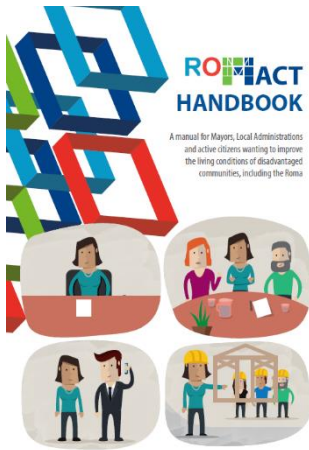


Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE)
Compendium Enhancing Stakeholder Awareness and Resources for Hate Crime Victim Support

Sinopse: “This Compendium has been created by the OSCE ODIHR, in partnership with the Association of Counselling Centers for Victims of Right-Wing, Racist and Antisemitic Violence in Germany (VBRG). It aims to equip state and civil society actors with tools and resources to ensure hate crime victims are protected, enjoy full access to justice, and receive tailored specialist support. It has been created as part of the Enhancing Stakeholder Awareness and Resources for Hate Crime Victim Support Project (EStAR). The EStAR project covers 41 countries, all of which are participating States of the OSCE and Member States of the Council of Europe. Most participants are also EU Member States.”

Data de publicação: 18 de março de 2022

Publicação disponível para consulta em: <https://www.osce.org/files/f/documents/4/2/514165.pdf>



ROMACTED Programme, “Promoting good governance and Roma empowerment at local level”

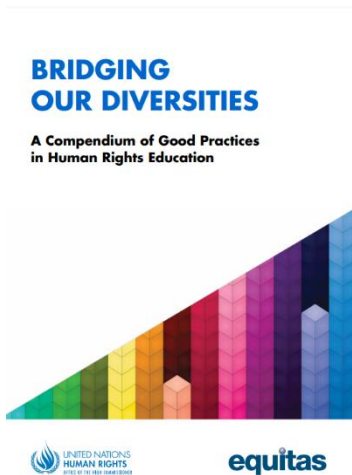
ROMACT Handbook (revised and improved version)

Sinopse: “A manual for Mayors, Local Administrations and active citizens wanting to improve the living conditions of disadvantaged communities, including the Roma. (...) The ROMACT Handbook will assist you in improving the life of all citizens living in your municipality, including the Roma. It will help you in objectively assessing what needs to be done in your municipality, assist you in planning actions together with all those concerned, and show you how to translate these plans into concrete measures, and when needed - how to access and use the EU and other funding for that purpose. It will also assist you in complying, at your level, with duties imposed by international conventions and national laws. This handbook describes the method of the ROMACT Programme. Although it is focused on the inclusion of marginalised Roma, it is also relevant for other vulnerable people. Applying the ROMACT process will be hard work

but it will lead to positive change, not only for the local Roma, but also for the entire municipality. (...) Only the Bulgarian, English and Romanian versions of the ROMACT Handbook were revised and improved. Each version contains specific parts that are adapted to the local and national contexts.”

Data de publicação: 2021

Publicação disponível para consulta em: <https://coe-romact.org/content/romact-handbook>



United Nations

Bridging Our Diversities. A compendium of good practices in human rights education

Sinopse: “This compendium compiles lessons learned and good practices in human rights education shared by participants during the Montréal conference. In doing so, the Compendium does not review or cover exhaustively all human rights education work worldwide, but rather focuses on the Canadian experience. Nevertheless, the lessons learned, good practices and examples it contains – the details of which are reliant on information submitted by relevant practitioners – can provide guidance and inspiration to others for further human rights education programming.”

Data de publicação: 2022

Publicação disponível para consulta em:

<https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-02/OHCHR-Publication-Equitas-Compendium-of-Good-Practices-in-Human-Rights-Education-EN.pdf>